

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ESCOLARIDADE DAS MULHERES E MERCADO DE TRABALHO: O
AVANÇO NO NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO
NO MERCADO DE TRABALHO

Bolsista: Adriane Bruce da Rocha, FAPEAM

Manaus
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIB-SA-0088-2013
ESCOLARIDADE DAS MULHERES E MERCADO DE TRABALHO: O
AVANÇO NO NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO
NO MERCADO DE TRABALHO

Bolsista: Adriane Bruce da Rocha
Orientadora: Profa. Msc. Lenice Ypiranga Benevides de Araújo Vieira Sá

Manaus
2014

RESUMO

A educação, tal como a entendemos nos dias atuais, deixou de ser um mero instrumento de capacitação intelectual, e passou a representar um fator de produção, fundamental na *performance* de toda economia nacional no contexto da globalização.

Desde o início dos anos de 1990, percebe-se uma tendência de crescimento significativo nos indicadores de participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil e no mundo. A mão de obra feminina vem diferenciando-se no que se refere ao grau de instrução comparativamente à população masculina, e, aumentando paulatinamente, sua inserção no mercado de trabalho brasileiro.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar o emprego formal das mulheres amazonenses no período de 2000 e 2010, evidenciando tanto o grau de escolaridade, quanto o emprego feminino ocupado nos diferentes tamanhos de estabelecimentos definidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Com o intuito de relacionar a escolaridade com o emprego formal nos anos de 2000 e 2010 no Estado do Amazonas buscou-se identificar em quais tamanhos dos estabelecimentos, a mão de obra feminina tinha uma maior participação e qual o nível de escolaridade preponderante naqueles tamanhos de estabelecimentos.

Dessa maneira, tornou-se necessário para a consecução dessa pesquisa, realizar inicialmente, uma revisão da literatura para o aprofundamento teórico e o levantamento de estudos sobre a relação entre escolaridade e mercado de trabalho na teoria econômica. Posto isso, definiu-se as principais variáveis a serem analisadas tendo como a principal fonte dos dados da pesquisa, a RAIS, que são divulgados anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No que tange ao emprego formal no Estado do Amazonas, principal foco da análise aqui, constatou-se que houve tanto a expansão de empregos com vínculos formais, ou seja, aumento de trabalhadores com carteira assinada, como também o aumento contínuo da participação feminina nos anos estudados. Observou-se também, que os tamanhos de estabelecimentos que mais empregaram a mão de obra feminina, pertenciam à média (de 100 a 499 pessoas ocupadas) e à grande empresa (de 500 a 1000 ou mais números de empregados). Com relação ao nível de escolaridade preponderante das mulheres nesses respectivos tamanhos de estabelecimentos supracitados era em 2000, caracterizado pelo ensino médio completo e o ensino superior completo e, em

2010, o nível de escolaridade preponderante era de ensino superior incompleto e o ensino superior completo.

Palavras-chave: mercado de trabalho formal; nível de escolaridade; tamanho de estabelecimento; Amazonas.

LISTA DE SIGLAS

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

COPOM - Comitê de Política Monetária

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PAI - Plano de Ação Imediata

PEA - População Economicamente Ativa

PIA - População em Idade Ativa

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

URV – Unidade Real de Valor

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos.....	17
TABELA 2 - Regime de Metas de Inflação no Brasil.....	23
TABELA 3 - Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos.....	25
TABELA 4 - Taxa de fecundidade total e diferença relativa.....	31
TABELA 5 – Taxa de desocupação por gênero.....	34
TABELA 6 – Taxa de desocupação por região.....	34
TABELA 7 - Taxa de participação por gênero.....	35
TABELA 8 - População em idade ativa e população ocupada.....	36
TABELA 9 - Taxa de ocupação por gênero.....	36
TABELA 10 - Evolução do emprego no Brasil.....	42
TABELA 11 – Estoque de empregos formais por setor de atividade.....	43
TABELA 12 – Estoque de empregos formais por setor de atividade e por gênero.....	44
TABELA 13 – Brasil Unidades da Federação.....	45
TABELA 14 – Emprego formal no Brasil por tamanho de estabelecimento.....	46
TABELA 15 – População no estado do Amazonas.....	47
TABELA 16 – População residente no Estado do Amazonas.....	47
TABELA 17 – Estoque de empregos formais por setor de atividade – Amazonas.....	48
TABELA 18 – Estoque de empregos formais por setor de atividade e por gênero.....	49
TABELA 19 – Estoque de empregos formais por setor de atividade.....	50
TABELA 20 - Emprego formal segundo faixa etária e gênero no Estado Amazonas....	51
TABELA 21 – Emprego formal por tamanho de estabelecimento no Estado do Amazonas.....	53
TABELA 22 - Emprego formal por tamanho de estabelecimento no Estado do Amazonas.....	54
TABELA 23 – Ensino Superior: Mulheres com nível superior de graduação concluído.....	59
TABELA 24 – Nível de instrução segundo as áreas gerais.....	60

TABELA 25 - Número de empregos formais, segundo gênero e grau de instrução Brasil.....	62
TABELA 26 – Variação absoluta e variação relativa segundo grau de instrução.....	63
TABELA 27 – Número de empregos formais, segundo gênero e grau de instrução no Amazonas.....	65
TABELA 28 – Participação do gênero por grau de instrução entre 2000 e 2010 no Amazonas.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – População Economicamente Ativa PEA.....	33
GRÁFICO 2 – Evolução do emprego no Brasil.....	42
GRÁFICO 3 - Evolução da Participação Percentual de Matrículas em Cursos de Graduação.....	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 UMA ANÁLISE ECONÔMICA DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI.....	14
1.1 Dinâmica Macroeconômica nas décadas de 1990 a 2010.....	14
1.2 A década dos anos oitenta.....	14
1.2.1 Planos Econômicos para a contenção da inflação.....	15
1.3 A década dos anos noventa.....	16
1.3.1 Reformas Institucionais: Abertura Comercial e Privatização.....	18
1.3.2 O Plano Real.....	19
1.3.3 O governo FHC e a ameaça da inflação.....	20
1.4 A dinâmica macroeconômica dos anos de 2000.....	22
1.4.1 A gestão do governo Lula.....	23
1.4.2 A dinâmica da economia a partir de 2003.....	24
CAPÍTULO 2 A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS 2000.....	27
2.1 A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro: algumas considerações.....	27
2.2 Mercado de Trabalho Brasileiro: principais indicadores.....	31
2.2.1 População Economicamente Ativa.....	31
2.2.2 Taxa de desocupação no Brasil.....	33
2.2.3 Taxa de Participação ou Atividade.....	34
2.2.4 Taxa de Participação ou Atividade.....	35
CAPÍTULO 3 O EMPREGO FORMAL BRASILEIRO NA DÉCADA DOS ANOS 2000.....	38
3.1 O emprego formal no Brasil: principais fontes.....	38
3.1.1 Algumas questões metodológicas: principais conceitos.....	39
3.2 O emprego formal na década dos anos 2000.....	39
3.2.1 A evolução do emprego formal brasileiro segundo alguns indicadores.....	41
3.3 O mercado de trabalho formal no Estado do Amazonas.....	47
3.3.1 A inserção feminina no mercado de trabalho formal no Estado do Amazonas.....	48

CAPÍTULO 4 A EVOLUÇÃO DA ESCOLARIDADE E DO EMPREGO FORMAL NO AMAZONAS.....	55
4.1 A Teoria do Capital Humano.....	55
4.1.1 A relação entre escolaridade e mercado de trabalho.....	56
4.2 A evolução do nível de escolaridade das mulheres nos anos 2000.....	58
4.3 O emprego formal e a escolaridade no Brasil.....	60
4.3.1 O emprego formal no Brasil segundo a escolaridade e tamanho de estabelecimento.....	63
4.3.2 O emprego formal e a escolaridade no Amazonas.....	65
4.3.3 O emprego formal feminino segundo escolaridade e tamanho de estabelecimento no Amazonas.....	67
5 CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
APÊNDICES.....	74

1 INTRODUÇÃO

A educação pode ser estudada sob as mais diferentes abordagens, dependendo do corte que se pretende investigar. Pode-se dizer hoje, que a educação influencia, condiciona e determina em vários aspectos da vida de uma pessoa ou de um país. A educação, tal como a entendemos nos dias atuais, deixou de ser um mero instrumento de capacitação intelectual, e passou a representar um fator de produção, fundamental na *performance* de toda economia nacional no contexto da globalização.

A educação vem passando por grandes mudanças no Brasil, como a Lei das Diretrizes Básicas da Educação ocorrida na década de 1990. No entanto, é preponderante no país, pessoas com baixo nível de instrução à procura de emprego no mercado de trabalho.

Desde o início dos anos de 1990, percebe-se uma tendência de crescimento significativo nos indicadores de participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil e no mundo. A mão de obra feminina vem diferenciando-se no que se refere ao grau de instrução comparativamente à população masculina, e, aumentando paulatinamente, sua inserção no mercado de trabalho brasileiro.

O lento processo de inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho pode ser explicado em parte por fatores econômicos relacionados à estagnação do emprego vivenciado pela economia brasileira, pela crise social sistêmica, e pela instabilidade política condicionada pela transição do regime autoritário para a democracia representativa e multipartidária.

Neste sentido, é relevante estudar e se aprofundar nas questões que envolvem o trabalho feminino e sua importância para o mercado de trabalho brasileiro. Os indicadores do emprego mostram a vantagem que o trabalhador pode obter com maior nível de escolaridade para se inserir melhor no mercado de trabalho.

Dessa forma, a pesquisa justifica-se por se tratar de uma temática que está ganhando destaque, seja pela imprensa, ou pelas recentes publicações na academia. Portanto, torna-se evidente a necessidade de analisar mais profundamente a importância da inserção da mulher no mercado de trabalho e as transformações ocorridas na estrutura deste mercado.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o emprego formal das mulheres amazonenses no período de 2000 e 2010, evidenciando tanto o grau de escolaridade,

quanto o emprego feminino ocupado nos diferentes tamanhos de estabelecimentos definidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

No que tange aos objetivos específicos, a pesquisa busca caracterizar a escolaridade do emprego formal feminino no estado do Amazonas nos anos de 2000 e 2010, identificar a participação do emprego formal feminino nos diversos tamanhos de estabelecimentos nos dois anos supracitados e relacionar o grau de escolaridade, com o emprego formal feminino e os diversos tamanhos de estabelecimento nos dois anos supracitados.

Para tanto será necessário seguir os seguintes passos: em primeiro lugar, será feito uma revisão da literatura para aprofundamento teórico e levantamento de estudos sobre a relação entre escolaridade e mercado de trabalho na teoria econômica. Posto isso, cumpre citar a principal fonte dos dados da pesquisa, vale dizer, a pesquisa tomará como referência os dados obtidos através da RAIS, divulgados anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A RAIS é um registro administrativo que cobre o universo de empregos formais, e abrange, portanto, os trabalhadores com carteira assinada (celetistas), além de funcionários públicos estatutários e militares, entre outros vínculos relativos à administração pública. A alimentação da RAIS é feita por todos os estabelecimentos empresariais do país, com ou sem vínculos de trabalhadores, que fornecem ao MTE os dados da movimentação do conjunto de empregos no ano de referência.

A população estudada é a mão de obra feminina empregada no mercado formal, ou seja, indivíduos que tenham vínculo empregatício com determinado estabelecimento. Deverão ser levantados os dados dessa população nos anos de 2000 e 2010. Serão tratados os seguintes dados para o estudo: escolaridade representada pelo grau de instrução, gênero e tamanho do estabelecimento conforme a base de dados da RAIS.

Definida a população e o período a ser estudado, e as principais variáveis, a tabulação de dados nos permitirá a partir do referencial teórico, o conhecimento da evolução do emprego formal feminino relacionando escolaridade e tamanho dos estabelecimentos que mais empregaram esta população no estado do Amazonas.

Desta maneira, para analisar e explicar a evolução da mão de obra feminina no que se refere ao emprego formal, isto é, com vínculos empregatícios, a pesquisa está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo faz-se uma breve retrospectiva da economia brasileira na primeira década do século XXI apresentando os principais fatos políticos e econômicos que antecederam a década dos anos 2000. Para o segundo

capítulo é traçado o perfil histórico sobre a inserção da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro mostrando os principais indicadores que retratam o mercado de trabalho. No terceiro capítulo busca-se identificar a participação do emprego formal feminino nos diversos tamanhos de estabelecimentos nos anos 2000 e 2010, enquanto no quarto capítulo relaciona-se o grau de escolaridade, com o emprego formal feminino e os diversos tamanhos de estabelecimento nos dois anos supracitados. Por último, traz-se as principais conclusões da pesquisa ora analisada.

Capítulo 1 – Uma análise econômica da primeira década do século XXI

A partir da década dos anos 2000, é possível notar a retomada do crescimento do produto no Brasil, com manutenção das políticas macroeconômicas, em um contexto favorável para o crescimento do mercado de trabalho. Em vista disso, o seguinte capítulo faz uma breve retrospectiva da dinâmica macroeconômica brasileira apontando a melhoria dos indicadores da economia brasileira, com destaque para a expansão significativa do emprego formal.

1.1 Dinâmica Macroeconômica nas décadas de 1990 a 2010

A estrutura política e econômica do Brasil tem sido marcada por várias modificações ao longo da sua história. Essas mudanças no qual o país foi submetido tiveram incursões principalmente no modelo de crescimento do país, que por sua vez, gerou consequências sobre o nível de produção, modelo político, e principalmente sobre o mercado de trabalho do país. A dinâmica macroeconômica do país foi diretamente atingida por estas modificações que geraram resultados ora negativo, ora positivo sobre o contexto econômico brasileiro no período de 1990 a 2010.

A fim de esclarecer a dinâmica macroeconômica ocorrida entre as décadas de 1990 e a primeira de 2000 convém, necessariamente, mostrar o comportamento da economia em um período que a antecede, revelando os principais acontecimentos políticos e econômicos vivenciados nos anos de 1980. Dessa forma, o presente capítulo contará com três divisões, dentre as quais estarão presentes o contexto econômico da década de 1980, a dinâmica macroeconômica da década de 1990 e em seguida, da primeira década de 2000.

1.2 A década dos anos oitenta

A década de 1980 marca um dos períodos mais agudos da crise econômica vivenciada pela economia brasileira. No decorrer desta década, o país não conseguia manter um ritmo de crescimento satisfatório, tendo apresentado em determinado período, uma taxa de crescimento negativo no nível do produto da economia influenciada pelos efeitos da pressão inflacionária e a sua perpetuação por toda a década. No ambiente político, as políticas de crescimento satisfatório, tendo apresentado

em determinado período, uma taxa de crescimento negativo no nível do produto da economia influenciada pelos efeitos da pressão inflacionária e a sua perpetuação por toda a década. No ambiente político, as políticas econômicas foram falhas para a contenção da inflação, e dessa maneira, aumentou-se a desconfiança dos agentes econômicos em relação ao Estado como um agente estabilizador da economia, pois aquele não conseguia ordenar uma política de ajuste econômico que reduzisse as taxas de inflação e promovesse o crescimento econômico desde o final dos anos 1970.

Dessa forma, diante do ambiente de pouco dinamismo econômico, muitos outros autores argumentam que o retardo econômico pelo qual o Brasil sofreu nos anos de 1980 foi consequência principalmente dos choques econômicos de origem externa¹ ocorridos nos anos de 1970.

1.2.1 Planos Econômicos para a contenção da inflação

No início da década de 1980 a inflação foi vista como consequência da pressão da dívida externa contraída na década anterior, dessa forma, as primeiras medidas adotadas consistiam em medidas restritivas que controlavam a entrada de importações e acentuavam a importância de manter uma balança favorável com o estímulo às exportações através de desvalorizações cambiais. A princípio, as medidas adotadas revelaram crescimento econômico para o país, mas as taxas de inflação continuavam a patamares elevados, motivando a partir de 1986 a implantação de novas políticas estabilizadoras que controlassem a inflação principalmente a partir do controle dos custos.

Diante da persistência dos elevados índices inflacionários, a partir de 1986, foram estabelecidas diversas políticas econômicas voltadas ao controle inflacionário, nomeadas como o Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Política Feijão com Arroz (1988) e Plano Verão (1988).

O Plano de Metas foi implementado através da criação de uma série de comissões setoriais que administravam e criavam os incentivos necessários para atingir as metas setoriais. Para o alcance do objetivo proposto, o plano estava dividido em três pontos principais (GREMAUD, 2007):

¹ Choque do Petróleo nos anos de 1973 e 1979. Esses choques levaram a um agravamento das contas correntes em decorrência da necessidade de captação financeira externa para financiar a produção do país.

- a) investimentos estatais em infraestrutura, com destaque para os setores de transporte e energia elétrica;
- b) estímulo ao aumento da produção de bens intermediários, como o aço, o carvão, o cimento, o zinco etc.;
- c) incentivos à introdução dos setores de consumo duráveis e de capital.

A respeito dos planos de estabilização, segundo Souza ² (2009) os planos heterodoxos conseguiam atacar temporariamente os mecanismos de propagação; mas, como não obtinham apoio para resolver a crise fiscal, a “infecção” permanecia intacta para, dali a alguns meses, voltar a causar problemas.

Nesse sentido, é possível notar a perda do dinamismo da atividade econômica no país nos anos de 1980, combinada com o aumento na taxa de inflação, fazendo com que o Brasil mergulhasse em um período de baixo crescimento econômico, que ficou conhecido na literatura econômica como uma das maiores crises vivenciada pela economia nacional. Mas, foi então na década de 90 que as transformações macroeconômicas ocorridas na economia brasileira provocaram mudanças significativas no cenário econômico do Brasil.

1.3 A década dos anos noventa

Diante do fracasso dos planos de contenção da inflação postos em prática no Brasil nos anos oitenta, o início da década de 1990 foi marcado por diversas mudanças no âmbito político e econômico cujo principal propósito era contornar os efeitos recessivos da crise econômica vivenciada anteriormente. Desta forma, os anos noventa seguem submetidos a mudanças institucionais e na política econômica, com a funcionalidade de uma política de estabilização macroeconômica atrelada a um novo padrão monetário nos anos de 1994.

Com a abertura econômica ainda no Governo Collor, seguida da implantação do Plano Real, gerou a valorização do câmbio, que já vinha sofrendo com a perda do poder de barganha das organizações responsáveis pela regulação e pelo direito do trabalho.

O elevado índice da taxa de inflação persistia no início dos anos noventa, trazendo a deterioração da renda dos trabalhadores nesta década e, dessa maneira,

² SOUZA (2009).

acentuava a dificuldade de se manter uma política de crescimento econômico autossustentável com resultados positivos sobre o contexto macroeconômico do país.

Na Tabela 1 abaixo, são mostradas algumas das principais variáveis macroeconômicas e suas respectivas taxas médias de crescimento nos quatro primeiros anos da década de 1990. Nota-se que a taxa de crescimento no PIB permaneceu no patamar de 1,3% ao ano, enquanto a taxa de inflação alcançou a média de 1.210% ao ano.

	1990-94
Crescimento do PIB (% a.a.)	1,3
Inflação (IGP dez./dez., % a.a.)	1.210
FBCF (% PIB a preços correntes)	19,5
Tx. de crescimento das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	4,8
Tx. de crescimento das importações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	12,6
Balança comercial (US\$ bilhões)	12,1
Saldo em conta - corrente (US\$ bilhões)	-0,3
Dívida externa líquida/ Exportação de bens	3,2

Tabela 1 - Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos – 1990 – 1994 (médias anuais por período).

Fonte: Castro (2011, p. 158).

Após a eleição do novo presidente – Fernando Collor de Melo, em 1990 implantou-se no Brasil, um novo plano econômico devido à persistência dos altos índices inflacionários advindos da década anterior. O novo plano anti-inflacionário lançado em 1990 residia na contenção da inflação através de mecanismos de indexação de impostos, leis de regulação de operações financeiras, bem como medidas de contenção de preços de bens e serviços, além da abertura comercial e do processo de privatização que juntos, provocaram profundas mudanças na estrutura institucional e econômica do país.

Com o objetivo de conter o alto índice de inflação utiliza-se como instrumento o congelamento de preços e a racionalização dos gastos públicos, com o propósito de diminuir o déficit da conta corrente do governo, que agravava a inflação como pôde ser observado anteriormente.

Tais medidas adotadas resultaram em uma breve diminuição da inflação. Contudo, a inflação voltou a tomar rumos crescentes ao passo que o governo desbloqueou os ativos financeiros para que os impostos fossem pagos pela população³.

Com o insucesso do plano e a volta da inflação no contexto econômico, o governo tomou outras iniciativas de contenção da inflação através do ajustamento das contas do governo como um modo de reduzir o papel desta despesa em proporção do Produto Interno Bruto (PIB), e ainda, extinguir as formas de indexação propostas pelos planos anteriores.

A execução dos planos de combate à inflação durante os dois anos do governo de Fernando Collor de Melo acabou afetando negativamente a economia brasileira, demonstrando o caráter recessivo das políticas articuladas no período, resultando principalmente em uma diminuição do nível de atividade econômica no país.

1.3.1 Reformas Institucionais: Abertura Comercial e Privatização

Os processos de abertura comercial e de privatização das empresas estatais estavam inclusos na nova política econômica adotada na gestão do governo de Fernando Collor de Melo, em 1990. Segundo Castro (2011) estas iniciativas faziam parte da nova Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) que trariam modificação na atividade produtiva do país, tornando-a apta a recuperar a competitividade com produtos importados e ainda a reestruturação da estrutura produtiva do país.

No processo de abertura comercial uma das principais medidas adotadas consistiu na reelaboração da política de comércio exterior, mencionada acima, que entre todos os objetivos propunha a redução gradual de tarifas de importação e a eliminação de proteção alfandegária.

A fase do milagre econômico ocorreu entre 1968 e 1973, e foi caracterizada pelas maiores taxas de crescimento da história recente brasileira. Segundo Hermann⁴ (2005) deve-se também lembrar que além das altas taxas de crescimento, houve uma queda na taxa de inflação e uma sensível melhora no balanço de pagamentos, além do crescimento tanto das exportações quanto das importações.

³ O fato transcorreu pela necessidade do governo em desbloquear os ativos confiscados pela necessidade do governo em aumentar a tributação, ocasionando um aumento da inflação pela introdução desses ativos monetários na economia.

⁴ Hermann (2005) *apud* Albornoz (2009).

No que tange ao processo de privatização das empresas estatais, estas giravam em torno da diminuição dos gastos públicos com essas empresas estatais e com a tentativa de aumentar a produtividade destas empresas perante a competição com empresas internacionais em decorrência do processo de abertura comercial.

Nesse sentido, o principal objetivo constante da privatização das empresas públicas era repassar a responsabilidade dessas empresas para instituições privadas e buscar melhoria na prestação de serviços básicos ⁵.

Para tanto, o plano de desestatização foi direcionado inicialmente a setores básicos da economia como propósito de aumentar a capacidade produtiva dessas empresas e ainda a competitividade entre os setores que ofereciam os mesmos serviços viabilizando a melhora na qualidade de prestação destes serviços para a sociedade ⁶.

1.3.2 O Plano Real

Após a deposição do presidente Fernando Collor de Melo, em decorrência das acusações de corrupção e da falta de credibilidade em resultado das tentativas falhas de lidar com a inflação, surge um governo transitório de Itamar Franco que remete a adoção de um novo plano econômico dotado de austeridade para promover a queda da inflação - o Plano de Ação Imediata (PAI), que compreende a primeira etapa do Plano Real, em 1993.

Este novo programa implantado era dotado de três fases, dentre as quais, na primeira estava inserida o saneamento das contas do governo, a segunda fase consistia na introdução de um novo padrão monetário, e a terceira fase ditava as regras de emissão da nova unidade monetária que entrara em circulação ainda em 1994.

Na primeira fase, com a desvinculação dos gastos do governo, houve uma queda na taxa de inflação, contudo, as medidas foram ineficientes ao saneamento fiscal necessário para estabilizar as contas do governo. A segunda fase foi posta em prática com a adoção de uma Unidade Real de Valor (URV) que propunha a anulação da inflação intrínseca do cruzeiro ⁷, contudo, tal fator causou pressão inflacionária nos

⁵ Os primeiros setores a serem privatizados foram os da siderurgia, petroquímica e de fertilizantes.

⁶ Lacerda et al (2001) foca as privatizações realizadas no período acentuando a importância da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) como gestor desse programa.

⁷ “A URV foi utilizada para restaurar a função de unidade de conta da moeda, que havia sido destruída pela inflação, bem como referenciar preços e salários [...] independente das

preços em razão dos efeitos especulativos formados naquele instante. A terceira fase consistia na inserção da nova moeda na economia e o modo pela qual ela passaria a ser emitida tem, esta fase sido caracterizada pela reforma monetária acompanhada de uma âncora cambial que transformou a URV em uma nova moeda, o Real, em substituição ao Cruzeiro Real. A taxa de inflação foi imediatamente reduzida próxima a zero, sem qualquer congelamento. Em meados de 1994, uma parcela cada vez maior de preços era cotada em URV's, e o governo decidiu introduzir uma nova moeda cuja unidade era igual a esse indexador⁸.

Desta forma, com a redução da taxa de inflação expressa logo em 1995, observou-se a eficiência deste novo plano em combater os altos índices de inflação em comparação com os planos adotados anteriormente, uma vez que este possuía um foco diferente ao passo que conseguia conservar a estabilidade da taxa de inflação ao longo dos anos de 1990.

1.3.3 O governo FHC e a ameaça da inflação

A implantação do Plano Real conseguiu anular o efeito constante da alta taxa de inflação que assolava a economia nos últimos anos, contudo, havia ainda o medo intrínseco dos planos implantados anteriormente, no qual, a queda da inflação teve um efeito breve voltando a patamares mais elevados após um curto prazo. Desta forma, na ótica da equipe econômica do atual presidente Fernando Henrique Cardoso,

“A situação era transitória: assim que reformas estruturais mais profundas – como o saneamento dos bancos fiscais e a conclusão do processo de privatização – dessem resultado, seria possível abandonar a âncora cambial e ficar apenas com os instrumentos de política econômica mais convencionais (política fiscal e monetária). O problema era convencer o resto do mundo disso. (SOUZA, 2009, p. 273).

A manutenção das taxas de juros, assim como o regime cambial adotado pelo governo, sinalizou para uma eminente crise econômica no país, ao passo que a atividade

desvalorizações monetárias provocadas pela inflação, ou seja, provocando uma indexação generalizada na economia.” (LACERDA et al., 2001, p. 210).

⁸ Bacha (1998), Baer (2002), Batista JR (1999), Baumann (1996), Gremaud et al. (2002), Moreira et al. (1998), Oliveira Filho (1996), Pastores & Pinotti (1999), Pereira (2001) *apud* TRICHES; SIMONETTO (2005).

econômica passou a ser sustentada por um elevado déficit público perante a dependência do capital externo, e pelo agravamento na balança de Conta Corrente em detrimento do aumento dos produtos importados. A vulnerabilidade a crises externas a qual o país era suscetível prejudicava a continuidade do crescimento econômico maior.

Os anos de 1995-1998, portanto, seguiram com a atuação de Fernando Henrique Cardoso ocupando a presidência do país no seu primeiro mandato, e a constante pressão de crise pelo fraco desempenho do governo em conseguir reduzir a pressão dos seus gastos sobre o déficit fiscal, e o fraco desempenho das exportações que deteriorava cada vez mais as contas correntes do país.

Diante do contexto econômico apresentado, via-se a necessidade de mudar o rumo que a política econômica tomara nestes últimos anos, sendo adotada no segundo mandato do então presidente eleito, uma nova política monetária que visava a contenção da inflação através de regime de metas, a manutenção das altas taxas de juros e ainda a meta de superávit primário para anular os efeitos do aumento do déficit do governo ocasionada pelas altas taxas de juros.

No segundo mandato de FHC,

“Abandonada a âncora cambial, o país passou a adotar, a partir de julho de 1999 (Decreto nº 3.008/99), o Sistema de Metas de Inflação, seguindo o exemplo de vários outros países, como Nova Zelândia, Chile, Canadá e Reino Unido. Nesse sistema a função primordial do Banco Central passa a ser o cumprimento de meta de inflação anual divulgada publicamente pelo Conselho Monetário Nacional, relegando a segundo plano outras metas, como o controle da taxa de câmbio ou crescimento econômico.” (SOUZA, 2009, p. 275).

A política cambial que anteriormente tinha o papel de promover o balanceamento dos preços no mercado nacional, igualando o preço interno e externo, passa a ter o papel de recuperar a competitividade da produção interna. O papel estabilizador passa então a ser função da política monetária através do programa de metas de inflação.

O regime de metas de inflação, por sua vez, passa a funcionar em cima das decisões do Comitê de Política Monetária (Copom), que define as taxas de juros para ficar entre as bandas de metas de inflação para os períodos determinados, passando a definir a nova política macroeconômica do país, de modo que este

“[...] novo modelo macroeconômico permitiu uma expressiva redução da taxa de juros – a qual passou de um patamar de cerca de 25% ao

ano no período de 1994-1998 para cerca de 10% ao ano no período de 1999-2005 – e uma desvalorização da taxa real de câmbio que foi de fundamental importância para a eliminação dos déficits crônicos em conta corrente observados no período de 1994-1998, os quais chegaram a superar uma marca de 4% do PIB. Além disso, a política de geração de crescentes superávits primários após 1999, permitiu que a dívida pública líquida como proporção do PIB entrasse numa trajetória (levemente) declinante, situando-se atualmente em cerca de 50% do PIB.” (OREIRO; NAKABASHI; LEMOS, 2007; *apud* IAHN; MISSIO, 2009, p. 26).

A década de 1990 chega ao fim, desta forma, com a recuperação do crescimento econômico e com a concretização da redução dos efeitos inflacionários que vinha deteriorando a economia nos últimos anos. Foi estabelecido um novo modelo político que contemplava a eliminação da pressão do déficit público sobre as contas correntes do governo, e ainda instituídas consideráveis melhoras na estrutura política e econômica, com graduais reduções nas taxas de juros do país.

1.4 A dinâmica macroeconômica dos anos de 2000

Passado os impactos das transformações estruturais provenientes da privatização e abertura da economia, e ainda do sucesso da política de controle das taxas de inflação, os anos de 2000 passam a ser caracterizados pela conservação da política econômica que manejavam o crescimento do PIB e que duraria até 2008, ano em que a economia brasileira foi afetada pela crise financeira internacional, e pela acentuação da necessidade da criação de políticas de renda ao passo que um novo governo assume o poder em 2004.

A política econômica agiu no sentido de corrigir qualquer instabilidade econômica de modo que os estrangulamentos ocorridos em 2001 a 2002 ⁹, proporcionaram poucos efeitos sobre a dinâmica da economia, se comparado com os pertinentes das décadas anteriores, entre eles, a acentuada queda na taxa de crescimento da economia e um acentuado agravamento na taxa de inflação. As taxas de crescimento do produto podem ser observadas no Quadro 1.

⁹ Crise energética, atentados terroristas nos EUA, em 2001 e redução de entrada de investimento externo (GIAMBIAGI, 2011).

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
%	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7

Quadro 1 – Brasil: taxas de crescimento do PIB (%), 2000 a 2011.

Fonte: IBGE, apud Gentil e Araújo (2012, p. 10).

No que se refere ao resultado do programa de metas de inflação, as variações no PIB decorrentes de choques de origem interna e externa afetaram o comportamento do índice de inflação nos três primeiros anos de 2000. Os dados mostrados no trabalho de Gentil e Araújo (2012) apontam que a taxa de inflação permaneceu em níveis satisfatórios, não ultrapassando com frequência as bandas estabelecidas pelo Copom, como pode ser observado na Tabela 2 abaixo, em que é apresentada a meta de inflação para aquele ano, a variação que esta pode tomar, e o índice efetivo da inflação no ano.

	Meta	Banda	IPCA efetivo
1999	8	6,0 - 10,0	8,94
2000	6	4,0 - 8,0	5,97
2001	4	2,0 - 6,0	7,67*
2002	3,5	1,5 - 5,5	12,53*
2003	8,5**	6,5 - 10,5	9,30
2004	5,5**	3,0 - 8,0	7,60
2005	4,5	2,0 - 7,0	5,69
2006	4,5	2,5 - 6,5	3,14
2007	4,5	2,5 - 6,5	4,46
2008	4,5	2,5 - 6,5	5,90
2009	4,5	2,5 - 6,5	4,31
2010	4,5	2,5 - 6,5	5,91
2011	4,5	2,5 - 6,5	6,50

Tabela 2 - Regime de Metas de Inflação no Brasil: meta, banda e IPCA efetivo

Nota:*Meta descumprida; **meta ajustada

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil, apud Gentil; Araújo (2012, p. 3).

Em uma avaliação do período, os sucessivos ataques externos à economia brasileira não geraram grandes efeitos recessivos, fator que está relacionado principalmente à política macroeconômica estabelecida em fins de 1990.

1.4.1 A gestão do governo Lula

Nos anos que sucederam a gestão de Fernando Henrique Cardoso, a política econômica do país não sofreu grandes transformações, de modo que foi seguida a política de metas de inflação pelo resto da primeira década de 2000. Foi conservada ainda, a premissa de obtenção de superávit primário e a manutenção da estrutura de combate à inflação adotada anteriormente.

No ambiente político, apesar de serem mantidas as mesmas medidas de austeridade do crescimento econômico, foram adotadas pelo então presidente Lula reformas no sistema previdenciário e no sistema de tributação do país.

Nesse sentido, não houve grande mudança na direção da política macroeconômica do país a partir da modificação no sistema previdenciário com o propósito de tentar sanar as deficiências que o aumento desses gastos causava nas contas do governo, e da reforma no sistema tributário reivindicando a importância da cobrança de alguns impostos para a estabilidade dos gastos do governo durante a década de 2000.

1.4.2 A dinâmica da economia a partir de 2003

No contexto econômico, muitos autores comentam que a partir de 2004, a dinâmica macroeconômica experimentou um novo patamar de dinamismo. Neste momento, em que o Real se tornou valorizado perante as outras moedas, a taxa de crescimento do PIB foi de 5,2% entre 2004 e 2005.

A partir de 2004, inicia-se um novo ciclo de expansão dos fluxos financeiros internacionais que, sejam sob forma de investimentos diretos, aplicações financeiras, ou ainda de empréstimos externos, permitiu a compensação do declínio do saldo em conta corrente e a acumulação de reservas internacionais, processos que conduziram à valorização do Real. Na esteira da valorização da moeda, os índices de inflação começaram a sofrer queda e a aceleração do produto decorreu do incremento nos investimentos e no consumo – fatores de absorção interna da demanda efetiva¹⁰.

Para Giambiagi (2011)

“o desempenho da economia brasileira a partir de 2003 foi decisivamente influenciado pela evolução da economia internacional e, face à continuidade do regime de metas de inflação, que tinha sido inaugurado em 1999, também da taxa de câmbio e da inflação.”
(GIAMBIAGI, 2011, p. 211).

¹⁰ Baltar et al., (2010) *apud* Araújo(2010).

Esse conjunto de medidas fez com que a economia mantivesse um ritmo constante de crescimento econômico e de baixa taxa de inflação, melhorando, sobretudo, os termos de troca do país e anulando os efeitos negativos da memória inflacionária vivenciado nas duas décadas anteriores.

A Tabela 3 mostra algumas das variáveis macroeconômicas, com destaque para a taxa de inflação, a qual se comportou em patamares aceitáveis e de taxas positivas para o crescimento da atividade dentro do país, evidenciando que entre 2007 e 2010, apesar dos efeitos da crise econômica de 2008, o país conseguiu anular os resultados recessivos da crise mundial apontando crescimento econômico em patamares positivos.

	2003-2006	2007-2010	2003- 2010
Crescimento do PIB (% a.a.)	3,5	4,5	4,0
Inflação (IPCA dez./dez., % a.a.)	6,4	5,1	5,7
Taxa de desemprego IBGE (%)	10,9	8,0	9,5
FBCF (% PIB a preços correntes)	15,9	18,0	17,0
Tx. de crescimento das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	22,9	10,0	16,3
Tx. de crescimento das importações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	17,9	18,8	18,3
Balança comercial (US\$ bilhões)	37,4	27,6	32,5
Saldo em conta - corrente (US\$ bilhões)	10,9	-24,6	-6,9
Dívida externa líquida/ Exportação de bens	1,4	-0,1	0,7

Tabela 3 - Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos – 2003-2010 (médias anuais por período).

Fonte: Giambiagi (2011, p. 218).

O fato do Brasil não ter sofrido graves efeitos recessivos da crise que se estabeleceu na economia mundial em 2008 se enquadrava no ritmo das políticas macroeconômicas adotadas pelo governo desde então, da maneira que

“Nas crises anteriores o setor público era devedor líquido em dólares. Depois disso, os sucessivos anos de acumulação de reservas tinham feito o setor público se transformar em credor líquido do exterior, de modo que na crise de 2008, a posição de reservas internacionais do país era largamente superior à dívida externa bruta oficial.” (GIAMBIAGI, 2011, p. 217).

Desta forma, os resultados positivos no nível de crescimento econômico alcançado na primeira década de 2000, perante a vulnerabilidade das oscilações nos

mercados externos mostrou que o país estava forte o bastante para encarar os desafios de uma eminente crise econômica, a qual o ajuste da política monetária foi suficiente para anular a alta inflação e a estagnação do crescimento econômico vivenciado nas últimas duas décadas e promover o crescimento econômica no fim da primeira década dos anos de 2000.

Capítulo 2 - A inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000

O objetivo do atual capítulo é traçar um breve histórico sobre a inserção da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Neste sentido, busca-se apresentar o comportamento da força de trabalho feminina através de indicadores selecionados do mercado de trabalho na década dos 2000. Constata-se na pesquisa redução da taxa de desemprego aberto e uma ampliação da participação feminina no mercado de trabalho formal do país.

2.1 A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro: algumas considerações

A mão de obra feminina introduziu-se no mercado de trabalho a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra. Com isso, várias famílias migraram da área rural para a área urbana em busca de qualidade de vida, mas a renda do homem não era capaz de suprir as necessidades da família.

A partir do momento que a mulher deixou de ser apenas responsável pelos serviços domésticos e passou a ser trabalhadora remunerada dentro das indústrias capitalistas, inicialmente, onde o custo de seus trabalhos eram inferiores em relação aos trabalhos do homem. Desde então, a mulher vem aumentando a sua participação no mercado de trabalho em todo o mundo, sendo esta uma das principais modificações que marcou o mundo do trabalho.

As tendências históricas da participação da mulher na força de trabalho são explicadas por mudanças de ordem social e econômica que estariam contribuindo para aumentar o emprego feminino. Os principais elementos que exercem influência nessa participação são fatores relacionados ao desenvolvimento econômico e social, ou fatores culturais e fatores demográficos.

A urbanização, a industrialização e as mudanças tecnológicas estão entre os fatores mais importantes do desenvolvimento econômico e social que afetam a força de trabalho, levando um número crescente de mulheres a exercer atividades remuneradas no mercado de trabalho.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, dentre outros fatores, acompanhou a evolução da produção nacional. O aumento da participação feminina no

mercado de trabalho desde os anos 1970 foi uma das mais importantes transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil (ARROIO; RÉGNIER, 2002).

Para Leone e Baltar (2008), a inserção feminina no mercado de trabalho teve como pioneiras as mulheres de estratos sociais elevados, seguidas pelas mulheres mais pobres. De acordo com Sedlacek e Santos (1990), tal fato decorre dos efeitos renda e substituição. O efeito renda seria o motivo pelo qual as mulheres mais pobres, que necessitam complementar a renda familiar, seriam incentivadas a ingressar no mercado de trabalho. Já no caso das mulheres mais ricas, ocorre o efeito substituição, uma vez que estas, por serem mais escolarizadas, possuem maiores incentivos a buscarem trabalho fora do lar por terem esperança de altos salários, de forma que se sintam incentivadas a buscar por novas oportunidades.

A incorporação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil não é um acontecimento recente. No Brasil, particularmente, passou-se a perceber de forma mais nítida a ocorrência de tal fenômeno já a partir dos anos 70, período no qual a economia brasileira passava por acelerado processo de industrialização e urbanização. Nas décadas seguintes, muito embora se tenha alterado a configuração do ambiente macroeconômico, esse movimento de expansão do ingresso das mulheres continua e se confirma, ou seja, a força de trabalho feminina foi amplamente empregada desde os primeiros anos de industrialização, ainda no século XIX, no período da instalação das primeiras indústrias de substituição de importações.

Nas últimas décadas do século XX, o Brasil passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o aumento do trabalho feminino. Contribuiu para a crescente urbanização e ritmo acelerado da industrialização e deram impulso para o grande crescimento econômico, com a incorporação de novos trabalhadores, inclusive os do sexo feminino.

Apesar da participação feminina ter obtido uma ascensão na década de 70, seus números continuaram crescentes mesmo em períodos de crises e recessões em que a economia brasileira enfrentou em temporadas seguintes, como na década de 80, chamada por muitos de “a década perdida”, marcada por um longo período de fortes crises e de estagnação econômica em que o país enfrentou naquele momento.

Além do crescimento sustentado da taxa de atividade feminina, outra tendência interessante diz respeito ao melhor desempenho das mulheres na disputa por postos de trabalho. De fato, desde meados dos anos 1980, a taxa anual de emprego das mulheres mostra-se mais elevada que a masculina, levando a um forte aumento do sexo feminino

entre os ocupados. A absorção da mão de obra feminina tem sido, portanto, superior à masculina em todas as fases recentes da economia brasileira (LINHARES; LAVINHAS, 1997).

A década de 90 se inicia com um comportamento da atividade econômica, isto é, verifica-se uma forte contração na taxa de crescimento do produto, motivada pela implantação de um programa econômico cujos principais objetivos eram os seguintes: estabilizar o nível de preços; e iniciar um conjunto de mudanças de natureza estrutural, com um conteúdo fortemente liberal, as quais estão redefinindo a forma como o país se insere no plano internacional, bem como a modo que o Estado brasileiro se relaciona com a sociedade.

Segundo Cano (2008) os anos 1990 podem ser caracterizados pela intensificação da chamada Guerra Fiscal. Esta se deveu à incapacidade de coordenação do Estado Nacional quanto à promoção de políticas de desenvolvimento regional.

O conjunto de políticas adotadas no primeiro ano da década de 90, pela equipe econômica do então presidente da república Fernando Collor, compunham o projeto Plano Brasil Novo, o qual empregava um novo redirecionamento para a economia brasileira, através da promoção de uma política de abertura do mercado nacional aos produtos produzidos no exterior. Durante os anos 90 o Brasil atravessou um caminho de mudanças e políticas macroeconômicas fundamentais para sua economia, já que o país ficou enfraquecido economicamente devido a essas políticas que tiveram consequência sobre os setores de atividade.

O preço a pagar pelo sucesso do ponto de vista do controle do processo inflacionário foi o inexpressivo crescimento econômico, observado a partir de então. A razão disso pode ser encontrada, na forte dependência do Plano Real para com os capitais especulativos internacionais.

De acordo com Diniz (1995), o que se observou no final dos anos de 1990 foi um movimento generalizado de desconcentração produtiva. Este movimento recente deriva de mudanças tecnológicas e da reestruturação produtiva, as quais tendem a alterar os requisitos locais, especialmente daquelas atividades mais intensivas em conhecimento. Outro fator relevante apontado pelo autor são as mudanças ideológicas e políticas relativas ao papel do Estado e a abertura externa da economia. Juntamente com a expansão produtiva está a inserção feminina no mercado de trabalho que tem se expandido cada vez mais e ganhando mais espaço na sua ocupação nacional.

Segundo Coan e Kon (2005), a ampliação do poder de compra e do aumento do consumo da população de baixa renda foi observada no país desde a estabilidade da moeda, com a implantação do Plano Real. Contudo, o aumento da População Economicamente Ativa (PEA) em atividade pode ser registrado, sobretudo, a partir de 2003.

No entanto, a inserção da mulher no mercado de trabalho, além das questões econômicas, também foi impulsionada em virtude de questões demográficas, culturais e sociais. Entre os aspectos demográficos destaca-se a queda da taxa de fecundidade, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas, a redução no tamanho das famílias, o envelhecimento da população, com maior expectativa de vida às mulheres, e o acentuado crescimento de arranjos familiares chefiados por mulheres. Além dessas transformações demográficas, mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado. Ao mesmo tempo, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades ¹¹ viabilizaram o acesso delas à novas oportunidades de trabalho. Todos esses fatores explicam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as suas transformações no perfil da força de trabalho (BRUSCHINI, 2007).

A presença de filhos é um fator que interfere na participação feminina no mercado de trabalho. Contudo, quando a necessidade econômica é tão premente que inviabiliza o exercício da maternidade em tempo integral, como nas famílias muito pobres ou nas chefiadas por mulheres, outros arranjos como a rede de parentesco ou de vizinhança poderão ser acionados para olhar as crianças enquanto a mãe vai trabalhar. Embora, a responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limitem a saída da mulher para o trabalho remunerado.

Na Tabela 4 observa-se um importante determinante na evolução da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, ou seja, a taxa e fecundidade das brasileiras, indicador que revelou uma redução de 2,38 filhos por mulher, em 2000, para 1,90, em 2010, totalizando uma queda de 20,1% nesta década. A redução deste indicador constatou-se em todas as regiões do país, cujas maiores quedas ocorreram nas regiões Norte e Nordeste, 21,8% e 23,4%, respectivamente. Estas duas regiões apresentam as maiores taxas de fecundidade do país, apesar de termos observado uma redução desta taxa nestas regiões na comparação 2000 e 2010.

¹¹ Bruschini (2007) *apud* Alves, L; Cielo, I; Lmia, J (2011).

Brasil e Grandes Regiões	Taxa de Fecundidade Total		Diferença Relativa 2000/2010 (%)
	2000	2010	
Brasil	2,38	1,9	(-)20,1
Norte	3,16	2,47	(-)21,8
Nordeste	2,69	2,06	(-)23,4
Sudeste	2,1	1,7	(-)19,0
Sul	2,24	1,78	(-)20,6
Centro-oeste	2,25	1,92	(-)14,5

Tabela 4 - Taxa de fecundidade total e diferença relativa, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000/2010.

O contínuo crescimento da participação feminina pode ser explicado em parte por fatores econômicos. Como já dito anteriormente estes fatores foram o avanço da industrialização que por sua vez transformou a estrutura produtiva, o processo de urbanização e pela queda das taxas de fecundidade, gerando aumento das mulheres encontrarem postos de trabalho.

2.2 Mercado de Trabalho Brasileiro: principais indicadores

Nas últimas décadas do século XX, ocorreram várias mudanças na economia mundial, afetando diretamente a produtividade do mercado sobre as relações de comércio, produção e trabalho. De maneira equivalente estas mudanças também aconteceram no Brasil, criando um ambiente favorável para a integração de novos trabalhadores no mercado de trabalho, principalmente em função da expansão de atividades econômicas.

A seguir descreveremos em breves linhas os principais indicadores do mercado de trabalho a partir de informações colhidas no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ¹².

2.2.1 População Economicamente Ativa (PEA) ¹³

¹² Para maiores detalhes ver <http://www.ibge.gov.br/home/>.

Quando se discute o mercado de trabalho de um país, considera-se, entre outros, a força de trabalho deste país, ou seja, a PEA. Este é um indicador que representa a força de trabalho, quer dizer, são todas as pessoas ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa. Ademais, são as pessoas que já trabalham ou estão dispostas a trabalhar.

“A quantidade da força de trabalho disponível num país depende de três fatores: o tamanho da sua população residente; a estrutura etária dessa população, que indica a quantidade de adultos; e a disposição ao emprego dessa população dado o nível dos salários pagos, que é indicada pela taxa de participação”. (CASTRO; CASTRO; LEITE, 2006, p. 232).

A População Economicamente Ativa demonstra o potencial de mão de obra, e a Taxa de Atividade ¹⁴ (indicador que apresenta o percentual da população que participa do mercado de trabalho, estando ocupada ou não) são indicadores fundamentais para descrever o comportamento da força de trabalho do país no mercado de trabalho e ambos mantiveram-se em constante crescimento durante a década.

Em 2001, o país apresentava uma força de trabalho de 83,9 milhões de pessoas e passou a atingir a marca de mais de 101 milhões de pessoas no fim da década, 2009, com a sua grande maioria formada por homens, embora o índice feminino venha aumentando durante esse período (Gráfico 1).

¹³ Segundo o IBGE – População Economicamente Ativa (PEA) - É composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa. *Pessoas desocupadas* – são classificadas aqueles indivíduos desocupados na semana de referência sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procurar trabalho no período. Esse grupo da força de trabalho inclui as pessoas não empregadas, mas que estão ativamente procurando trabalho ou querem retornar ao mercado de trabalho. Já o conceito de *Pessoas ocupadas* - são classificadas como aquelas pessoas ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante ou parte desse período. Incluem-se ainda como ocupadas as pessoas que exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve ou doença.

¹⁴ A taxa de Participação ou Atividade é a percentagem das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas de 10 anos ou mais de idade. Pode ser calculada assim: $TP = (PEA/PIA) \times 100$.

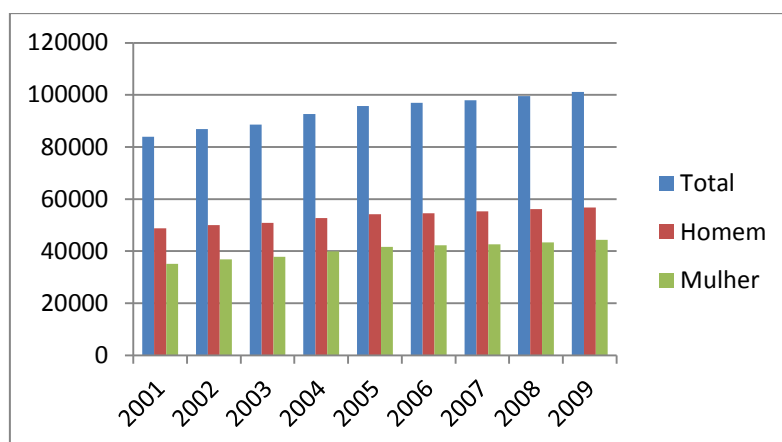


Gráfico 1 – População Economicamente Ativa - PEA – por sexo no Brasil
 Fonte: IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

2.2.2 Taxa de desocupação no Brasil

A Taxa de desocupação¹⁵ equivale à relação entre Desempregados e População Economicamente Ativa (PEA). Indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. De acordo com os dados coletados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de desemprego anual, ou desocupação, entre 2001 e 2011 para o país como um todo e separadamente por gênero (Tabela 5) apresenta uma tendência declinante dessa taxa ao longo da década, principalmente a partir de sua metade. Mas, por influencia da crise econômica internacional, a taxa de desemprego apresentou um aumento de 1,3 ponto percentual (p.p.) em 2009, fato esse observado para ambos os sexos – especificamente, 1,0 p.p. para os homens e 1,5 p.p. para as mulheres.

Já em 2011, nota-se uma queda expressiva de 1,8 p.p. na taxa, representando uma redução de cerca de 20% relativamente a 2009. Essa redução fez a taxa de desemprego atingir seu menor valor nos últimos dez anos e parece tê-la recolocado na tendência anterior de queda.

¹⁵ Taxa de desocupação (ou desemprego aberto) - percentagem das pessoas desocupadas, em relação às [pessoas economicamente ativas](#).

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Mulheres	10,0	9,9	10,5	9,7	10,2	9,2	8,9	7,8	9,1	-	7,3
Homens	8,0	7,8	8,3	7,4	7,7	6,9	6,6	5,7	6,7	-	5,3
Brasil	13,0	12,8	13,6	12,9	13,6	12,3	11,9	10,6	12,1	-	9,9

Tabela 5 – Taxa de desocupação por gênero (%)
 Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração:Ipea.

As variações da taxa de desemprego por região geográfica podem ser vistas na tabela 6 a qual revela a existência de dois padrões de movimento entre 2001, 2009 e 2011. Da mesma forma que o país, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste experimentaram reduções da taxa de desocupação, tanto entre o início e o fim da década passada quanto entre o fim da década passada e o início da atual.

Região	2001	2009	2011
Norte	10,1	10,4	8,8
Nordeste	9,7	10,2	9,1
Sudeste	11,4	9,2	7,2
Sul	7,3	6,5	4,7
Centro-oeste	9,3	8,5	6,1
Brasil	10,0	9,1	7,3

Tabela 6 – Taxa de desocupação por região (%)
 Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração:Ipea.

2.2.3 Taxa de Participação ou Atividade

A Taxa de Participação¹⁶ é o indicador que expressa a proporção de pessoas com 10 anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou

¹⁶ Taxa de Participação ou Atividade - percentagem das [pessoas economicamente ativas](#), em relação às pessoas de 10 ou mais anos de idade.

desempregadas. A taxa de participação é definida como a razão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA)¹⁷.

A taxa de Participação no mercado de trabalho apresentou uma evolução distinta da taxa de desemprego (Tabela 7). Houve um aumento da taxa de participação na primeira metade da década passada, uma relativa estabilidade na segunda metade e uma queda marcada entre 2009 e 2011. Esse movimento foi semelhante para o caso das mulheres, que aumentaram bastante a sua taxa de participação no mercado de trabalho entre 2001 e 2005, permaneceram em torno desse patamar até 2009.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Homens	71,1	71,4	70,9	71,1	71,3	70,4	69,9	69,9	69,9	-	68,3
Mulheres	45,6	46,6	47,1	48,2	49,0	48,9	48,9	48,8	49,7	-	47,6
Brasil	57,9	58,6	58,6	59,2	59,8	59,3	59,0	59,0	59,5	-	47,6

Tabela 7 - Taxa de participação por gênero (%).

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

2.2.4 Taxa de Ocupação

A Taxa de Ocupação é o percentual de pessoas ocupadas em relação à População Economicamente Ativa (PEA). Ela mede quantas das pessoas que efetivamente procuraram emprego na semana de referência conseguiram estar ocupadas.

A Tabela 8 mostra que o nível de ocupação no Brasil vem crescendo continuamente desde 2001. Esse crescimento foi superior ao observado na população em idade ativa (PIA) até 2008, o que levou a um crescimento na taxa de ocupação (a razão entre ocupados e PIA).

¹⁷ PIA – Trata-se da população em idade ativa – refere-se ao total de pessoas com mais de 10 anos e menos de 65.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIA	100,0	102,0	103,9	105,5	107,6	109,6	111,5	113,4	115,5	-	118,1
Pop. Ocupada	100,0	103,5	104,7	108,4	110,9	113,3	115,2	118,5	120,0	-	121,0

Tabela 8 - População em idade ativa e população ocupada (2001 = 100).

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração: Ipea.

Em 2009 acontece o inverso, ocorre uma queda na taxa de ocupação. A queda verificada entre 2009 e 2011 nesse indicador foi de 0,8 p.p., o que representa uma redução relativa de 1,5% na taxa. Em termos de gênero, os dados abaixo apontam que (Tabela 9), enquanto a taxa de ocupação de homens permaneceu relativamente constante ao longo da década de 2000, a proporção de mulheres ocupadas cresceu de forma sistemática nesse período.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Homens	65,4	65,8	65,0	65,9	65,8	65,5	65,3	65,9	65,2	-	64,7
Mulheres	39,6	40,7	40,7	42,0	42,4	42,9	43,0	43,7	43,7	-	42,9
Brasil	52,0	52,8	52,4	53,7	53,7	53,8	53,8	54,4	54,1	-	53,3

Tabela 9 - Taxa de ocupação por gênero (%)

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração: Ipea.

Ao observarmos o mercado de trabalho brasileiro através dos alguns indicadores analisados para a década de 2000, estes mostraram um aumento no nível de ocupação, forte elevação do ingresso feminino na população ocupada e da queda na taxa de desemprego.

Portanto, examinou-se que os sinais de recuperação da economia brasileira ao longo da década de 2000, contribuiu com o desempenho do mercado de trabalho, da mesma maneira como observado no capítulo o aumento da Taxa de Participação ou Atividade, sobretudo, a partir de 2002. Os fatores econômicos adotados pela política macroeconômica, seguido das taxas de juros atrativas ao investimento externo, somaram para o melhor desempenho econômico do país. Desta forma, podemos constatar que, as baixas taxas de crescimento do PIB que se sucederam especialmente nos anos 2001,

2002 e 2003 foram superadas pelo aumento da População em Idade Ativa (PIA), sobretudo da População Economicamente Ativa (PEA).

Capítulo 3 - O emprego formal brasileiro na década dos anos 2000

As dinâmicas econômicas e do mercado de trabalho brasileiro apresentaram diferentes momentos nas décadas de 1990 e 2000. Na década de 90 tal fato teve impacto sobre o mercado de trabalho nacional ocasionando tendências como: o crescimento do desemprego aberto e o aumento da informalidade. A partir dos anos 2000, observa-se a retomada do crescimento do produto, ainda que com arranjo das políticas macroeconômicas e os resultados desse processo foram uma melhoria dos indicadores do mercado de trabalho, com destaque para a expansão significativa do emprego formal e redução da taxa de desemprego aberto. Sendo assim, o presente capítulo tem como objetivo identificar a participação do emprego formal feminino nos diversos tamanhos de estabelecimentos nos anos 2000 e 2010, respectivamente, tanto para o Brasil quanto para o Estado do Amazonas.

3.1 O emprego formal no Brasil: principais fontes

No Brasil existem dois instrumentos oficiais para análise do emprego com carteira assinada, o denominado mercado formal do país: o primeiro a destacar é a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) que consiste num registro administrativo que cobre o universo de empregos formais, e abrange, portanto, os trabalhadores com carteira assinada (celetistas), além de funcionários públicos estatutários e militares. A coleta de dados da RAIS é feita por todos os estabelecimentos empresariais do país, com ou sem vínculos de trabalhadores, que fornecem ao MTE - Ministério do Trabalho e Emprego¹⁸ - os dados da movimentação do conjunto de empregos no ano de referência.

A outra fonte, também ligada ao Ministério do Trabalho, refere-se ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). O CAGED possibilita ao Governo Federal acompanhar a ocupação da mão de obra no emprego formal em todo o país, servindo como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, além de subsidiar a tomada de decisões para ações governamentais.

¹⁸ Para maiores informações acesse: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>.

3.1.1 Algumas questões metodológicas: principais conceitos

A seguir, são definidos alguns termos específicos que compõem os principais indicadores do mercado de trabalho formal brasileiro, dentre estes estão alguns que serão analisados no decorrer do presente capítulo com base nas informações da RAIS:

- a. O *estoque de empregos* formais na RAIS se refere ao total de contratos de trabalho que estavam vigentes em 31 de dezembro de cada ano.
- b. Entende-se por *vínculos empregatícios* as relações de emprego, estabelecidas sempre que ocorre trabalho remunerado.
- c. O *número de empregos* em determinado período de referência corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados. O número de empregos difere do número de pessoas empregadas, uma vez que o indivíduo pode estar acumulando, na data de referência, mais de um emprego.
- d. *Estabelecimento*: O levantamento da RAIS é feito em nível de estabelecimento, considerando-se como tal as unidades de cada empresa separadas espacialmente, ou seja, com endereços distintos.
- e. *Tamanho do estabelecimento*: O tamanho do estabelecimento é determinado pelo número de empregos nele existente em 31 de dezembro do ano-base. Os estabelecimentos do tamanho zero são aqueles que, apesar de não possuírem empregados em 31 de dezembro, tiveram pelo menos um empregado ao longo do ano.
- f. *Faixa etária*: O enquadramento dos vínculos na faixa etária considera os anos completos em 31 de dezembro.

3.2 O emprego formal na década dos anos 2000

A sociedade brasileira vem atravessando importantes transformações políticas, econômicas e sociais nas últimas décadas. Essas transformações afetam diretamente homens e mulheres de maneira diferenciada, incluindo as transformações tecnológicas e a diversidade de novos instrumentos de produção.

O comportamento do mercado de trabalho está ligado diretamente com a orientação de política macroeconômica. A ideia de que os problemas do mercado de trabalho se explicam exclusivamente pela “lei de oferta e procura de trabalho” não se aplica devido à realidade do Brasil na primeira década do século XXI.

As taxas de crescimento do emprego formal são nítidas ao longo dos anos 2000, assim pode se dizer que este período ficou marcado pela correlação entre crescimento econômico e expansão dos empregos. Ficando dividida a maior parte da primeira década do século XXI, desse ponto de vista, entre crescimento do PIB e crescimento do emprego formal, tanto quanto às poucas mudanças nas relações de trabalho, ou nos fatores internos ao mercado de trabalho, como a evolução na educação básica.

Nos anos 2000 a economia brasileira passou por mudanças relevantes, observa-se a retomada do crescimento do produto, ainda que com a manutenção das políticas macroeconômicas o que significou um progresso comparado com a década anterior. A dinâmica da economia brasileira pode ser mensurada, inicialmente, pela expansão das exportações e pela retomada do investimento e do consumo. Estes resultados são notórios porque esse dinamismo impulsionou uma melhoria dos indicadores do mercado de trabalho, com destaque para a evolução do emprego formal e redução da taxa de desemprego aberto.

Em 2010, a expansão econômica brasileira de 7,5% foi acompanhada da geração de 2,5 milhões de novos empregos formais. Ademais da redução da taxa de desemprego e da elevação da formalização do mercado de trabalho (Comunicado IPEA, 2011).

Ainda nesta década (entre 2008 e 2009), vivenciamos no Brasil e no mundo incertezas, devido à crise econômica mundial impactando a economia brasileira, com reflexos sobre o mercado de trabalho formal no período entre 2000 e 2010. Desta forma, entendemos que embora o Brasil tenha passado por uma crise econômica, o nível de emprego do país é encarado como um fenômeno de natureza macroeconômica, condicionado pelo ritmo de crescimento econômico.

A elevação do emprego formal no Brasil vem sendo impulsionada por um crescimento econômico dos últimos anos e este vem mostrando melhor desempenho. Desta forma, esse processo possibilita em grande parte melhores condições na vida dos brasileiros tanto em termos de escolarização, quanto em termos de oportunidades de trabalho.

No Brasil, os indicadores do mercado de trabalho melhoraram porque a economia vem crescendo em um ritmo melhor e com maior regularidade. Em 2009, quando a economia brasileira passou por uma recessão, foram gerados centenas de postos de trabalho com carteira assinada segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Enfim, do ponto de vista das oportunidades de emprego do mercado de trabalho para o aproveitamento no

crescimento econômico, a situação brasileira hoje é mais favorável do que a década anterior em 1990.

3.2.1 A evolução do emprego formal brasileiro segundo alguns indicadores

O comportamento do mercado de trabalho está fortemente ligado com as decisões tomadas pelos formuladores de políticas econômicas, em especial, pela política macroeconômica, ou seja, o emprego formal responde à dinâmica macroeconômica do país. Observamos que, a primeira década do século XXI apresentou uma evolução nas taxas de crescimento do emprego, especialmente o formal, conforme apresentaremos os dados cuja fonte é a RAIS (MTE).

A correlação entre crescimento da economia e expansão do emprego em vista que é muito importante para explicar o comportamento do mercado de trabalho, em especial, o formal, todavia não é a única causa da geração de postos de trabalho. Em 2009, apesar de o país ter se enfraquecido devido à crise mundial, o mercado de trabalho continuou mostrando melhorias, com continuidade no processo de formalização do emprego (geração de quase um milhão de novos postos com carteira assinada por ano).

Isto posto, analisaremos a seguir a expansão do estoque de emprego formal no país segundo os setores da atividade econômica a partir de dados da RAIS. A questão distributiva por setores de atividade oferece uma análise ampla, real e mais precisa do mercado de trabalho. Destaca-se o comportamento da distribuição para os setores que mais cresceram no período analisado.

No tocante a evolução anual da geração de empregos com carteira assinada, entre 2000 e 2010, o Brasil apresentou um crescimento relevante no nível de pessoas ocupadas formalmente. De acordo com o Gráfico 1 é possível ver a velocidade com que ocorreu essa criação de empregos formais. A partir de 2000, o número de vagas criadas aumenta constantemente mantendo uma tendência de criação de mais de 1 milhão de novos postos de trabalho anuais.



Gráfico 2 – Evolução do emprego no Brasil 2000 - 2010
Fonte: MTE-RAIS. Elaboração: DIEESE.

Nos dados do Gráfico 2 acima, constam todos os setores da atividade econômica de acordo com a divisão do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Observa-se que o país fechou a década de 2000 com 17.839.801 empregos formais criados entre 2000 e 2010. Em 2000, o Brasil somava 26.228.629 de empregos formais, enquanto em 2010, o país alcançou 44.068.355 de empregos formais conforme os dados na Tabela 10.

Ano	Brasil
2000	26.228.629
2001	27.189.614
2002	28.683.913
2003	29.544.927
2004	31.407.576
2005	33.238.617
2006	35.155.249
2007	37.607.430
2008	39.441.566
2009	41.207.546
2010	44.068.355

Tabela 10 - Evolução do emprego no Brasil 2000 – 2010
Fonte: MTE-RAIS (2000/2010).

Portanto, em dezembro de 2010, o número total de estoques de empregos formais registrados no Brasil foi de 44,1 milhões, representando um crescimento de

68,0% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2000. Sendo assim no país, os setores da atividade econômica que apresentaram os melhores desempenhos, em termos absolutos, foram os setores de Serviços com a criação de 5,7 milhões de postos (66,0%), o Comércio com a criação de 4,1 milhão de postos de trabalho (97,1%), a Administração Pública com 3,0 milhões novos postos (51,6%), e a Indústria de transformação, que também gerou 3,0 milhões postos (61,4%). No tange as elevações em termos de variações relativas, examinou-se que o melhor desempenho foi o setor de Comércio com crescimento de 97,1% entre 2000 e 2010, por segundo vem o setor de Extrativa Mineral (92,7%), conforme a Tabela 11.

Setores de Atividades Econômicas	2000	2010	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Extrativa mineral	109.608	211.216	101.608	92,7
Indústria de Transformação	4.885.361	7.885.702	3.000.341	61,4
Ser. Ind. de utilidade pública	290.352	402.284	111.932	38,5
Cons. Civil	1.094.528	2.508.922	1.414.394	12,9
Comércio	4.251.762	8.382.239	4.130.477	97,1
Serviços	8.640.455	14.345.015	5.704.560	66,0
Administração Pública	5.882.565	8.923.380	3.040.815	51,6
Agropecuária, extr. Vegetal, caça e pesca	1.072.271	1.409.597	337.326	31,4
Total	26.228.629	44.068.355	17.839.726	68,0

Tabela 11 – Estoque de empregos formais por setor de atividade – Brasil 2000/2010.
Fonte: MTE: RAIS.

Por conseguinte, em termos absolutos com base nos dados fornecidos pela RAIS constata-se que o melhor desempenho dos setores foi o setor de Serviços entre 2000 e 2010 com expansão significativa da força de trabalho dos ambos os gêneros e segundo as variações relativas o crescimento maior foi o setor de Comércio, conforme apontado na Tabela acima.

Sendo assim, é relevante ilustrar como estes setores estão agregados conforme a ocupação masculina e feminina. Neste sentido, verifica-se na Tabela 12, que o total da população masculina estava em maior concentração no setor de Serviços, tanto no ano de 2000 com 4.939.951 mil pessoas empregadas com a mão de obra masculina formal, quanto em 2010 com 7.742.152 mil trabalhadores formais. Com relação à população feminina, tanto em 2000 quanto em 2010 esta também apresentava maior presença no setor de Serviços, cujos patamares eram 3.700.504 mil em 2000 e 6.602.863 mil pessoas do sexo feminino em 2010.

Setores de Atividades Econômicas	2000		2010	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Extrativa mineral	99.966	9.642	189.848	21.368
Indústria de transformação	3.515.487	1.369.874	5.464.277	2.421.425
Ser. Ind. de atividade pública	241.530	48.822	332.171	70.113
Construção civil	1.011.400	83.128	2.319.169	189.753
Comércio	2.675.119	1.576.643	4.848.084	3.534.155
Serviços	4.939.951	3.700.504	7.742.152	6.602.863
Administração Pública	2.557.477	3.325.088	3.666.388	5.256.992
Agropecuária, ex. vegetal, caça e pesca	941.147	131.124	1.190.669	218.928
Total	15.982.983	10.245.646	25.752.758	18.315.597

Tabela 12 – Estoque de empregos formais por setor de atividade e por gênero – Brasil 2000/2010.

Fonte: MTE: RAIS.

A Tabela 13 apresenta os números dos últimos dez anos com base nos dados da RAIS, e com estes percebe-se que o mercado de trabalho formal no Brasil apresentou uma tendência crescente na criação de empregos em termos geográficos. Nota-se que em termos absolutos, a região Sudeste foi a que obteve maior crescimento no número de pessoas ocupadas comparados os anos de 2000 e 2010, com 8.418.177 mil empregos na região; em segundo lugar, a região Nordeste com 3.635.989 mil de empregos novos, a região Sul criou no período 2.932.378 mil empregos, a região Centro-oeste com 1.539.365 mil empregos novos e por fim a região Norte com seus 503.817 mil novos empregos.

No que se refere à proporcionalidade dos empregos formais por região geográfica em relação ao Brasil entre 2000 e 2010, observa-se uma ligeira queda no percentual da Região Sudeste de 2,2%. Metade dos postos de empregos formais no Brasil encontra-se nesta região, enquanto no outro extremo, a região Norte representa apenas 5,5% dos empregos formais ocupados no Brasil em 2010.

Unidade da Federação	Empregos Ocupados		Proporção do Brasil 2000 (%)	Proporção do Brasil 2010 (%)	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
	2000	2010				
Norte	1.094.365	2.408.182	4,2	5,5	503.817	46,0
Nordeste	4.374.850	8.010.839	16,7	18,2	3.635.989	83,1
Sudeste	14.042.822	22.460.999	53,5	51,0	8.418.177	59,9
Sul	4.625.153	7.557.531	17,6	17,1	2.932.378	63,4
Centro-oeste	2.091.439	3.630.804	8,0	8,2	1.539.365	73,6
Brasil	26.228.629	44.068.355	100,0	100,0	17.839.726	68,0

Tabela 13 – BRASIL UNIDADES DA FEDERAÇÃO. Número de emprego em 31/12, variação absoluta e relativa.

Fonte: MTE – RAIS Brasil.

Neste sentido é possível traçar uma análise da geração de novos empregos especialmente o mercado de trabalho formal pelo critério do *tamanho de estabelecimento*, fornecidos pela RAIS conforme o tamanho de empresa, ou seja, verificar em qual porte de estabelecimento concentrava maior ocupação da mão de obra brasileira. Segundo o Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa¹⁹, pesquisa realizada pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) em parceria com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) o porte do estabelecimento é definido em função do número de pessoas ocupadas e depende do setor de atividade econômica investigado.

O Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa de 2011 realizado pelo SEBRAE afirma que as Micro e Pequenas Empresas suplantaram a barreira dos 6 milhões de estabelecimentos na primeira década do século XXI. Em 2000, havia 4,2 milhões de estabelecimentos, chegando em 2010 a um total de 6,1 milhões em atividade.

¹⁹ Na nota técnica Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa (2013), Segundo os grandes setores da atividade econômica no Brasil (Indústria, Comércio e Serviços) o porte de estabelecimento é definido em função do número de pessoas ocupadas e depende do setor de atividade econômica. Micro Empresa é o estabelecimento com até 19 pessoas ocupadas, a Pequena Empresa compreende de 20 a 99 pessoas ocupadas, a Média Empresa é o porte de estabelecimento de 100 a 499 pessoas e por fim a Grande Empresa que abrange o estabelecimento composto por 500 ou mais pessoas ocupadas.

Com base nos dados introduzidos pela RAIS, notamos na Tabela 14 os tamanhos de estabelecimento no período supracitado (2000-2010) referentes ao Brasil. Verifica-se em termos absolutos que o porte de estabelecimento que mais cresceu segundo a ocupação por trabalhador foi o porte de estabelecimento de 1000 ou mais pessoas ocupadas (5.182.211), ou seja, os brasileiros se empregaram em maior número nas Grandes Empresas. Em seguida, vem o estabelecimento de 20 a 49 pessoas ocupadas (2.225.376), constatando assim que a Pequena Empresa também foi responsável por essa crescente participação dos trabalhadores brasileiros nos empregos formais.

Ainda com base nos dados abaixo é possível reafirmar esta evolução da ocupação por tamanho de estabelecimento. Avalia-se que os estabelecimentos que concentravam maiores ocupações em termos formais nos anos supracitados eram estes: o porte de estabelecimento que se tem 1000 ou mais pessoas ocupadas (79,0%) (Grandes Empresas). Em seguida, o estabelecimento com 20 a 49 pessoas ocupadas (75,3%) (Pequenas Empresas). Por terceiro, é relevante destacar a elevação de ocupação no estabelecimento com 10 a 19 pessoas ocupadas (72,2%) (Microempresas). E por último, pode-se apontar o incremento no porte que se tem de 50 a 99 pessoas ocupadas (69,0%) (Médias Empresas).

Tamanho de estabelecimento	2000	2010	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
De 1 a 4	2.464.265	3.669.698	1.205.433	48,9
De 5 a 9	2.171.193	3.546.585	1.375.392	63,3
De 10 a 19	2.334.784	4.022.658	1.687.874	72,2
De 20 a 49	2.952.559	5.177.935	2.225.376	75,3
De 50 a 99	2.157.502	3.649.726	1.492.224	69,1
De 100 a 249	2.940.809	4.637.845	1.697.036	57,7
De 250 a 499	2.384.036	3.854.345	1.470.309	61,6
De 500 a 999	2.235.219	3.769.090	1.533.871	68,6
De 1000 ou mais	6.558.262	11.740.473	5.182.211	79,0
Total	26.228.629	44.068.355	17.839.726	68,0

Tabela 14 – Emprego formal no Brasil por tamanho de estabelecimento 2000 e 2010.

Fonte: MTE: RAIS.

Ademais, estima-se que tanto a Grande, a Média e a Pequena no Brasil tiveram uma importante evolução na ocupação dos trabalhadores formais, evidenciando desta maneira o aumento da mão de obra formalizada do país, ou seja, durante essa década dos anos 2000 registra-se que o país brasileiro empregou mais pessoas com carteira assinada nesses determinados estabelecimentos.

3.3 O mercado de trabalho formal no Estado do Amazonas

O Estado do Amazonas é o maior do país em área física, com seus 1.559.159,148 km, de acordo com as informações do Censo Demográfico de 2010, sua população residente é de aproximadamente 3.483.985 pessoas, a segunda maior da Região Norte e a densidade demográfica é de 2,23 pessoa/km². Ainda com base nas informações do IBGE, a população residente no estado (3.483.985) esta dividida em população urbana (2.755.490) e a população rural (728.495) conforme os dados da Tabela 15.

Amazonas	2010
População Residente	3.483.985
População Urbana	2.755.490
População Rural	728.495

Tabela 15 – População no estado do Amazonas – 2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/ Sinopse no Censo Demográfico 2010.

O estado do Amazonas possui um total de 3.483.985 habitantes, de acordo com o IBGE (2010), sendo destes, 1.753.179 referentes ao sexo masculino e 1.730.806 pertencentes ao sexo feminino. Ou seja, 50,4% dos habitantes no Amazonas são do sexo feminino de acordo com a Tabela 16.

Amazonas	População Feminina	População Masculina
Área urbana	1.393.928	1.361.562
Área rural	336.878	391.617
Total	1.730.806	1.753.179

Tabela 16 – População residente no Estado do Amazonas – 2010.
 Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/ Sinopse no Censo Demográfico.

O estoque de empregos formais no Estado do Amazonas alcançou 575,7 mil em dezembro de 2010, representando um crescimento de 130,08% em relação ao estoque de empregos de dezembro de 2000. Em números absolutos, esse aumento corresponde ao acréscimo de 326,3 mil postos de trabalho, em relação ao mesmo mês de 2000.

Os setores que mais contribuíram para este incremento entre 2000 e 2010 foram os setores de Administração Pública com 109,9 mil empregos e o de Serviços com 80,3 mil empregos formais criados. A Indústria de Transformação ocupou o terceiro lugar com 66, 2 mil empregos gerados. Sendo assim, estes setores foram os que se expandiram com maior intensidade e veem concentrando a maior parte dos trabalhadores amazonenses ocupados em termos formais. No tocante as variações relativas, observa-se com destaque a evolução do setor de Extrativa mineral com crescimento de 65,9% (662), em seguida o setor de Construção Civil com 245,3% (17.152) e, o setor de Comércio com 140,8% de aumento (47.213) comparando-se os anos de 2000 e 2010, conforme apontado na Tabela 17.

Setores de Atividades Econômicas	2000	2010	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Extrativa mineral	1.004	1.666	662	65,9
Indústria de transformação	52.281	118.550	66.269	126,7
Ser. Industriais de utilidade pública	2.716	5.778	3.062	112,7
Construção civil	6.992	24.144	17.152	245,3
Comércio	33.513	80.726	47.213	140,8
Serviços	70.531	150.910	80.379	113,9
Administração pública	80.870	190.866	109.996	136,0
Agropecuária	1.530	3.099	1.569	102,5
Total	249.373	575.739	326.366	130,8

Tabela 17 – Estoque de empregos formais por setor de atividade – Amazonas 2000/2010.
 Fonte: MTE: RAIS.

3.3.1 A inserção feminina no mercado de trabalho formal no estado do Amazonas

A incorporação das mulheres no mercado de trabalho formal, tanto no país brasileiro, como em suas respectivas cidades, gerou melhores oportunidades para as trabalhadoras tanto em termos sociais como em termos de qualificação. A inserção da

mulher na atividade econômica se deu com maior intensidade desde as últimas décadas com a expansão da economia e o acelerado processo de urbanização e industrialização.

Segundo (BRUSCHINI; LOMBARDI; UNBEHAUM, 2008), desde o início da década de 2000 o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho chama atenção pela alavancagem, sendo em diversos aspectos até mesmo maior que a taxa masculina, o que indica uma diminuição gradual da diferença de gênero no que tange à ocupação.

Desta maneira, no tocante ao mercado de trabalho formal amazonense é possível notar uma elevação no total ocupado da população feminina neste sentido. A seguir, verificamos a distribuição do estoque de empregos ocupados por setores da atividade econômica entre 2000 e 2010 pelo critério do gênero no estado do Amazonas, a partir dos dados da RAIS.

Conforme podemos observar nos dados referentes ao ano de 2000, a mão de obra masculina concentrava-se no setor de Serviços com 45.201 mil trabalhadores. Em 2010, verifica-se a permanência desta mão de obra no mesmo setor com 91.182 mil trabalhadores. Em relação à força de trabalho feminina, o setor que mais empregava no começo da década era o setor de Administração Pública com 45.317 mil mulheres ocupadas. Em 2010, o aumento desta ocupação continuava no mesmo setor com 107.305 mil ocupadas. Com isso, confirma-se que as trabalhadoras amazonenses em termos formais, encontravam-se empregadas no setor de Administração Pública, mostrando inclusive, o aumento em termos absolutos desta mão de obra entre 2000 e 2010 conforme são apresentados na Tabela 9.

Setores de Atividades Econômicas	2000		2010	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Extrativa mineral	962	42	1.528	138
Indústria de transformação	34.411	17.870	78.784	39.766
Ser. Industriais de atividade pública	2.300	416	5.071	707
Construção civil	6.210	712	21.667	2.477
Comércio	20.731	12.782	46.483	34.243
Serviços	45.201	25.330	91.182	59.728
Administração pública	35.553	45.317	83.561	107.305

Agropecuária, ex. vegetal, caça e pesca	1.312	218	2.509	590
Total	146.681	102.692	330.785	244.954

Tabela 18 – Estoque de empregos formais por setor de atividade e por gênero – Amazonas 2000/2010.

Fonte: MTE: RAIS.

Ao analisarmos os principais setores de atividades econômicas entre os anos de 2000 e 2010 de acordo com os dados extraídos da RAIS, em termos absolutos e relativos, podemos inferir que: houve um expressivo crescimento em termos absoluto no setor de Administração Pública com 109.996 mil empregos representando uma variação relativa de 136,0%, ou seja, este setor cresceu cento e trinta seis por cento comparando-se os dados de 2000 e 2010.

Ainda neste período, observamos que o setor de Serviços também teve um bom desempenho com 80.379 mil empregos representando uma variação relativa de 113,9% (Tabela 19). Observa-se que em termos percentuais o maior destaque ficou com o setor de Construção Civil, dado que seu crescimento foi de 248,3%, seguido do setor apontado anteriormente, a Administração Pública alcançou uma taxa de 136,0% de crescimento entre os anos supracitados.

Setores de atividades econômicas	2000	2010	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Extrativa mineral	1.004	1.666	662	65,9
Indústria de transformação	52.281	118.550	66.269	126,7
Ser. Industriais de atividade pública	2.716	5.778	3.062	112,7
Construção civil	6.922	24.144	17.192	248,3
Comércio	33.513	80.726	47.213	140,8
Serviços	70.531	150.910	80.379	113,9
Administração pública	80.870	190.866	109.996	136,0
Agropecuária, ex. vegetal, caça e pesca	1.530	3.099	1.569	102,54
Total	249.373	575.739	326.366	130,87

Tabela 19 – Estoque de empregos formais por setor de atividade segundo a variação absoluta e variação relativa – Amazonas 2000/2010.

Fonte: MTE: RAIS.

Com a base na RAIS examina-se neste item, a ocupação dos trabalhadores segundo a faixa etária, de maneira que o perfil etário divide-se em 8 faixas etárias de 10 a 14 anos, de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos, de 25 a 29 anos, de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos, de 50 a 64 anos e por fim de 65 ou mais anos.

Quando se observa a evolução do emprego formal sob o critério da faixa etária e gênero, verificamos que em 2000, a participação feminina estava com maior ocupação na população adulta de 30 a 39 anos (33.022), em seguida vinha à população com mais anos de 40 a 49 anos (24.362), de acordo com os dados da Tabela 20 obtidos pela RAIS. Em 2010, o total das amazonenses ocupadas no emprego formal ainda apresentava maior volume na população adulta na faixa etária de 30 a 39 anos (79.350), seguida pelas mulheres na faixa de 40 a 49 anos (54.907).

Embora a mão de obra masculina tenha mostrado um incremento na sua participação, no emprego formal no estado entre 2000 e 2010 de cerca de 125,5%, merece destaque na década de 2000, o crescimento da mão de obra feminina de 102.692 mil empregadas em 2000 para 244.954 em 2010, representando uma taxa de crescimento de 138,5% conforme os dados da Tabela 20.

Ano	2000	2000	2010	2010
Faixa etária	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
10 a 14	7	2	28	17
15 a 17	650	301	1.842	1.462
18 a 24	25.313	15.411	50.795	32.391
25 a 29	28.535	17.466	62.017	41.493
30 a 39	49.900	33.022	116.472	79.350
40 a 49	28.495	24.362	71.161	54.907
50 a 64	12.743	11.729	44.465	33.324
65 ou mais	1.002	384	3.546	2.010
Total	146.681	102.692	330.785	244.954

Tabela 20 - Emprego formal segundo faixa etária e gênero no Estado Amazonas 2000-2010.

Fonte: MTE/RAIS – 2000/2010.

Apesar do crescimento mais intenso do emprego feminino, a participação das mulheres no total de postos de trabalho formais ainda é bem inferior a sua participação no total da população. Desta forma, podemos analisar como ocorreu esta evolução por meio da dinâmica do porte ou (tamanho) de estabelecimento do Estado Amazonense.

Na Tabela 21 é analisado o emprego formal no estado do Amazonas pelo critério do tamanho de estabelecimento. Verifica-se o emprego ocupado em termos formais sob o tamanho de estabelecimento do Amazonas de acordo com os dados da RAIS para o período de 2000 e 2010 e na classificação do SEBRAE (2013) para a Microempresa, a Pequena Empresa, a Média e a Grande Empresa.

Nota-se que em 2000, o Estado do Amazonas possuía um estoque de mão de obra masculina com vínculos ativos de 146.681 mil, e 22,27% desse total estava empregado no tamanho de estabelecimento com 1000 ou mais pessoas ocupadas. A Média Empresa considerada aqui com tamanho de estabelecimento de 100 a 449 pessoas ocupadas com vínculos ativos tinha 43.105 mil empregados formais, ou seja, 29,38% do total da mão de obra masculina empregada. O que nos leva a afirmar que mais de 50% da mão de obra masculina estava empregada segundo o critério do SEBRAE (2013) no médio e grande porte.

No tocante a mão de obra feminina no ano de 2000, esta mostrou também, um aumento com vínculos ativos no tamanho de estabelecimentos de 500 a 1000 ou mais pessoas ocupadas, ou seja, 42,11% em relação ao total de trabalhadoras empregadas com vínculos formais. No porte de 100 a 449 pessoas ocupadas havia 30.254 trabalhadoras amazonenses, representando, portanto, cerca de 29,46% do total da mão de obra feminina com vínculos formais na Média Empresa. Merece destaque também, para tamanho de estabelecimentos com 20 a 99 pessoas ocupadas (Pequena Empresa), com 14.898 trabalhadoras amazonenses empregadas com vínculos formais, o que equivale a uma participação de 14,50% em relação ao total desta população empregada.

Vale dizer que no ano de 2000, o total dos vínculos ativos da força de trabalho do Estado do Amazonas tanto do gênero masculino quanto feminino se encontrava entre a Média e a Grande Empresa, as quais abrangem tamanho de estabelecimentos com 100 a 1000 pessoas ocupadas.

Tamanho de Estabelecimento (número de empregados)	Masculino	Masculino (%)	Feminino	Feminino (%)	Total	(%)
Microempresa	21.999	14,99	14.293	13,91	36.292	14,55
De 1 a 4	5.621	3,83	4.186	4,07	9.807	3,93
De 5 a 9	7.084	4,82	4.485	4,36	11.569	4,64
De 10 a 19	9.294	6,33	5.622	5,47	14.916	5,98
Pequena Empresa	29.095	19,83	14.898	14,50	43.993	17,64
De 20 a 49	15.985	10,89	8.076	7,86	24.061	9,65
De 50 a 99	13.110	8,93	6.822	6,64	19.932	7,99
Média Empresa	43.105	29,38	30.254	29,46	73.359	29,41
De 100 a 249	22.617	15,41	15.291	14,89	37.908	15,20
De 250 a 499	20.488	13,96	14.963	14,57	35.451	14,22
Grande Empresa	52.482	35,77	43.247	42,11	95.729	38,38
De 500 a 999	19.808	13,50	12.345	12,02	32.153	12,89
De 1000 ou mais	32.674	22,27	30.902	30,09	63.576	25,49
Total	146.681	100,0	102.692	100,0	249.373	100,0

Tabela 21 – Emprego formal por tamanho de estabelecimento no Estado do Amazonas – 2000.
Fonte: MTE/RAIS – 2000.

A Tabela 22 apresenta as informações sobre o tamanho de estabelecimentos e gênero para o ano de 2010 no estado do Amazonas conforme dados da RAIS. Verifica-se, portanto, que o trabalhador masculino esteve empregado com vínculos ativos nos tamanhos de estabelecimentos de 1000 ou mais pessoas ocupadas, (105.558), ou seja, 31,9% da mão de obra masculina empregada com vínculos formais.

A ocupação feminina no Amazonas em termos formais no tamanho de estabelecimento de 1000 ou mais pessoas ocupadas em 2000 (30.902) e 2010 (107.928) apresentou uma taxa de crescimento de 249,3% entre estes dois períodos. A mão de obra feminina em 2010 apresentou uma quantidade de vínculos ativos no porte de 20 a 49 pessoas ocupadas de 18.361, apresentando 7,49% do total dessa mão de obra, enquanto este percentual em 2000 era de 8.076, cerca de 7,86% do total, indicando que não houve aumento significativo na evolução das trabalhadoras na Pequena Empresa.

Tamanho de Estabelecimento (número de empregados)	Masculino	Masculino (%)	Feminino	Feminino (%)	Total	(%)
Microempresa	41.477	12,53	32.464	13,25	73.941	12,84
De 1 a 4	9.321	2,81	8.595	3,50	17.916	3,11
De 5 a 9	13.076	3,95	10.316	4,21	23.392	4,06
De 10 a 19	19.080	5,76	13.553	5,53	32.633	5,66
Pequena Empresa	58.364	17,64	32.206	13,14	90.570	15,73
De 20 a 49	31.354	9,47	18.361	7,49	49.715	8,63
De 50 a 99	27.010	8,16	13.845	5,65	40.855	7,09
Média Empresa	80.929	24,46	41.990	17,14	122.919	21,34
De 100 a 249	38.907	11,7	19.803	8,08	58.710	10,11
De 250 a 499	42.022	12,7	22.187	9,05	64.209	11,1
Grande Empresa	150.015	45,35	138.294	56,45	288.309	50,07
De 500 a 999	44.457	13,4	30.366	12,3	74.823	12,9
De 1000 ou mais	105.558	31,9	107.928	44,0	213.486	37,08
Total	330.785	100,0	244.954	100,0	575.739	100,0

Tabela 22 - Emprego formal por tamanho de estabelecimento no Estado do Amazonas – 2010.
Fonte: MTE/RAIS – 2010.

Ademais, com base nas estatísticas fornecidas pela RAIS entre o período de 2000 e 2010, é possível afirmar que houve um avanço da ocupação feminina no médio e grande porte no Estado do Amazonas, dado que, em 2000 as mulheres ocupadas na Média Empresa (de 100 a 499 pessoas ocupadas) eram 29,46% do total e na Grande Empresa (de 500 a 1000 ou mais pessoas ocupadas) eram 42,11%. No ano de 2010, também houve um relevante aumento na ocupação das trabalhadoras amazonenses com um incremento maior na Grande Empresa, visto que, neste ano o número de trabalhadoras com vínculos formais na Média Empresa diminuiu para 17,11%, enquanto o número de ocupadas na Grande Empresa aumentou para 56,45%.

Em suma, conclui-se que a primeira década do século XXI foi crucial para o ingresso do trabalho formal feminino, pois, grande parcela da população amazonense vem se formalizando cada vez mais à medida que estes empregos melhoram seu desempenho no que tange a qualificação profissional.

Desta maneira o mercado de trabalho amazonense vem gerando oportunidades para que as pessoas ingressem no mercado mais cedo. Muito embora a maior parte esteja empregada na faixa dos 30 aos 39 anos de idade em 2010. Porém, as transformações que ocorreram e que vem ocorrendo até o presente momento no mercado de trabalho formal amazonense não é garantia de melhores condições de emprego.

Capítulo 4 – A evolução da escolaridade e do emprego formal no Amazonas

O principal objetivo deste capítulo é apontar o nível de escolaridade exigido nos respectivos tamanhos de estabelecimento em que a participação feminina em 2000 e 2010 no Brasil e Estado do Amazonas eram preponderantes. Inicialmente, trata-se de elucidar a relação entre a Economia e a Educação sob uma vertente da teoria neoclássica, a Teoria do Capital Humano que traz no seu bojo uma ideia de que o indivíduo que investe em si próprio em termos de escolaridade terá chances no mercado do trabalho de melhores empregos ou renda.

4.1. A Teoria do Capital Humano²⁰

A teoria do capital humano parte da ideia de que as pessoas investem em si mesmas visando retornos futuros, que podem ser pecuniários ou não. Estes investimentos podem ser feitos de várias formas, tais como: cuidados com saúde, tempo gasto procurando empregos mais bem remunerados, aquisição de informações sobre oportunidade de trabalho²¹.

Lima (1980) delibera que a teoria do capital humano defendia a ideia de um mercado de trabalho contínuo e homogêneo, em que há uma relação direta entre habilidade cognitiva/produktividade e consecutivo aumento salarial do indivíduo.

O autor critica o pressuposto de que o capital humano é sempre resultado de uma decisão deliberada de investimento, e ainda, cujas taxas de retorno são estáticas ao longo do tempo. Há ainda divergências quanto ao papel da educação. Desse modo, a teoria da segmentação (ou do mercado dual) passou a incluir em suas premissas e análises fatores que a teoria do capital humano desconsiderava.

Lima (1980) contempla as definições características de mercados de trabalho segmentados. Segundo o autor, a demanda por trabalho, por parte das empresas e a estrutura econômica e produtiva conformam o mercado de trabalho em primário e secundário. O primeiro comportaria os empregos estáveis, com alta produtividade e progresso tecnológico, treinamento e possibilidade de promoção na empresa. Tais

²⁰ Considera-se aqui os principais autores sobre a teoria do capital humano Blaug (1976) e Moreto (1997).

²¹ Blaug (1976) *apud* CASTILHO; SILVA (2003).

fatores exigem profissionais hábeis, de forma que, conseqüentemente, tendem a obter altos salários. Já o mercado secundário apresenta características inversas, com grande rotatividade de trabalhadores e ainda piores condições de trabalho, salariais e tecnológicas. Logo, nesse enfoque, o papel da educação é não menos importante, porém não é explícito e diretamente responsável pela determinação salarial dos trabalhadores.

No que tange o lado da oferta de trabalho, em geral, as características pessoais dos trabalhadores indicam que tipo de emprego é mais provável que obtenham. O *status* econômico, gênero, idade, escolaridade, experiência são características determinantes do tipo de emprego para o trabalhador. Ao se considerar a distribuição dos rendimentos com base na estrutura ocupacional alguns fatores determinantes precisam ser analisados.

Kon (2009) se refere às características específicas relativas à estrutura ocupacional de cada região, como peculiaridades culturais, sociais e econômicas de cada região. Segundo a autora, a influência dos critérios espaciais sobre a estrutura ocupacional deriva de especificidades da qualidade da oferta de trabalho; segmentação e diferenciais internos das empresas; diferenças estruturais dos rendimentos e pela participação dos trabalhadores de acordo com o gênero. A autora ressalta ainda a necessidade de considerar outros elementos no que se refere às questões regionais, dado que usualmente envolvem aspectos relativos à capacidade de ajuste aos novos requisitos da economia mundial, bem como o impacto das mudanças nos paradigmas tecnológicos e econômicos.

É importante, portanto, considerar diversos fatores ao se analisar a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, devido às características intrínsecas à segmentação do mercado, à estrutura ocupacional e às relativas aos trabalhadores.

4.1.1 A relação entre escolaridade e mercado de trabalho

O papel da educação, tanto no Brasil como no resto do mundo é fundamental para entendermos a redução da desigualdade social, principalmente no que diz respeito aos efeitos da educação sobre vários indicadores econômicos, em particular nos rendimentos dos trabalhadores no mercado de trabalho.

A educação brasileira apresentou importantes mudanças nos últimos anos, mas ainda está longe de ser satisfatória. Contudo é possível destacar um importante avanço no nível educacional dos brasileiros, ressaltando que este progresso educacional entre

gerações reflete-se muito mais vagarosamente na população como um todo ao longo do tempo, uma vez que várias gerações convivem simultaneamente num dado momento do tempo.

Em se tratando da educação brasileira podemos considerar também que,

“Até bem pouco tempo atrás parecia existir consenso quanto ao fato de que os problemas do ensino brasileiro eram a falta de escola, a evasão escolar de muitas crianças em idade precoce e a carência de verbas governamentais para a educação. Considerava-se necessário construir mais escolas, pagar melhores salários aos professores e convencer as famílias à mandarem seus filhos às escolas²²”. (Klein, R & Ribeiro, 1991, p. 45).

Se na década de 90 o principal desafio do Brasil era garantir o acesso dos estudantes brasileiros à escola, hoje, com a universalização e melhores condições de desenvolvimento o principal desafio a vencer é elevar a qualidade do ensino ofertado pelas escolas brasileiras.

Nos anos 2000 os resultados da situação brasileira face às mudanças na economia nos mostram um importante aspecto em relação à adequação dos recursos humanos às novas exigências do mercado de trabalho: o nível de educação geral nesse novo cenário econômico se tornava maior, devido a maior competitividade exigida pela abertura da economia e pela difusão das novas formas de produzir.

Sabemos que a expansão do sistema educacional se dá com grande autonomia face ao desempenho econômico do país. E a evolução da educação brasileira vem ocorrendo com um determinado dinamismo que se sobrepõe acelerando também a criação de postos de empregos formais e gerando oportunidades para a inserção da força de trabalho feminina no mercado de trabalho.

Ao longo da década de 2000, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior (2010), as matrículas no ensino superior contaram com participação em grande parte feminina (Gráfico 3).

²² Fletcher, (1984); Klein & Ribeiro (1991) *apud* Schwartzman (2002).

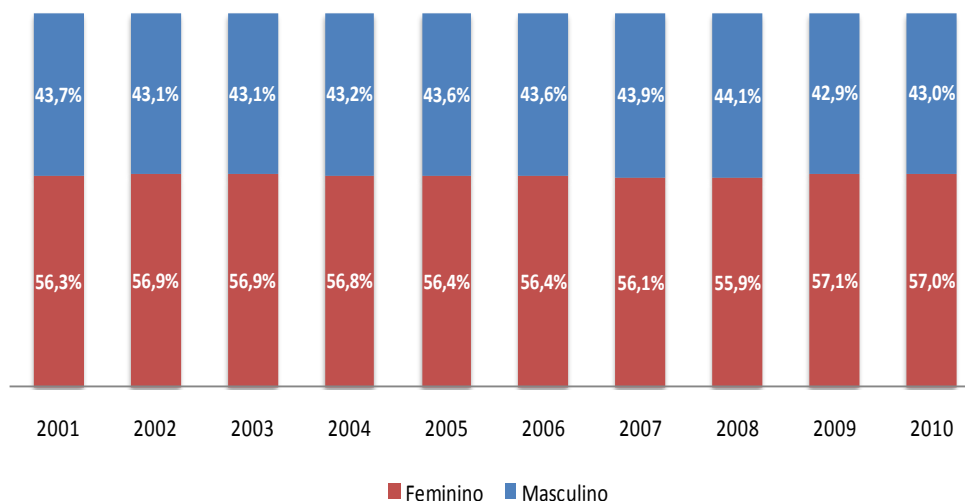


Gráfico 3 - Evolução da Participação Percentual de Matrículas em Cursos de Graduação (presencial e a distância) por Sexo Brasil – 2001-2010.

Fonte: Mec/Inep.

4.2 A evolução do nível de escolaridade das mulheres nos anos 2000

A situação das mulheres em termos de trabalho e escolaridade começou a mudar no percurso do século XX – com o processo de industrialização e urbanização – época em que as mulheres brasileiras conquistaram avanços sociais em campos como: educação, saúde, mercado de trabalho.

Em um mundo globalizado, onde novas formas de circulação tanto de mercadorias, como de pessoas e de pensamentos criaram novo aspecto a educação tornou-se crucial para a promoção do crescimento e para a melhor distribuição de riqueza. Mas, nas três últimas décadas do século XX as mulheres ampliaram seu acesso à educação formal, tendo seu grau de escolaridade elevado.

A evolução no nível de escolaridade e o ingresso nas universidades foram fatores que mais contribuíram para o acesso das mulheres às novas oportunidades de trabalho. As mulheres mais instruídas são as que mais trabalham fora de casa, uma vez que podem ter atividades mais gratificantes ou bem remuneradas, que compensam os gastos domésticos necessários para suprir sua saída do lar.

A expansão da escolaridade, à qual as brasileiras têm tido cada vez mais acesso, é um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. A escolaridade das trabalhadoras é muito superior à dos trabalhadores,

diferencial de gênero que se verifica também na população em geral. Ao mesmo tempo, a escolaridade elevada tem impacto considerável sobre o trabalho feminino, pois as taxas de atividade das mais instruídas são muito mais elevadas do que as taxas gerais de atividade das menos instruídas (BRUSCHINI, 2007).

No ensino superior, elas ampliaram significativamente sua presença entre 2000 e 2010, tanto que sua parcela entre os formados em Educação teve um aumento relevante, como revelam dados do Censo Demográfico do IBGE (2000 e 2010). Porém, as escolhas das mulheres continuam a recair preferencialmente sobre áreas de humanidades e artes, ciências, matemática e computação. Mas também, é verdade que a presença feminina vem se ampliando em outras áreas como ciências sociais, negócios e direito (Tabela 23).

Áreas Gerais	Mulheres		Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
	2000	2010		
Educação	581.926	2.117.424	1.535.498	263,8
Humanidades e Artes	491.600	706.399	214.799	43,69
Ciências Sociais, negócios e direito	1.020.087	2.445.603	1.425.516	139,7
Ciências, matemática e computação	288.162	435.057	146.895	50,97
Engenharia, produção e construção	97.616	211.865	114.249	117,0
Agricultura e veterinária	22.081	64.882	42.801	193,83
Saúde e bem-estar social	512.991	1.109.748	596.757	116,32
Serviços	23.191	142.733	119.542	515,46
Área de formação mal-especificada	32.171	211.984	179.813	558,92
Total	3.069.825	7.445.696	100,0	100,0

Tabela 23 – Ensino Superior: Mulheres com nível superior de graduação concluído, segundo as áreas gerais - Brasil 2000/2010.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

A expansão da escolaridade, à qual as brasileiras têm tido cada vez mais acesso, destaca-se também como um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mesmas no mercado de trabalho. O nível de escolaridade das trabalhadoras é mais elevado quando comparado com o dos trabalhadores, diferencial de gênero que se verifica também na população em geral, conforme a Tabela 24.

Nível de instrução	Total		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Sem instrução e fundamental incompleto	64,0	49,3	64,8	50,8	63,4	47,8
Fundamental completo e médio incompleto	12,7	14,7	13,0	14,9	12,4	14,4
Médio completo e superior incompleto	16,4	25,0	15,6	24,5	17,1	25,6
Superior completo	6,8	10,8	6,5	9,5	7,0	11,9
Não determinado	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 24 – Nível de instrução segundo as áreas gerais.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Nota: dados de 2000 e 2010 harmonizados.

4.3 O emprego formal e a escolaridade no Brasil

A partir dos anos 2000, há transformações no cenário econômico brasileiro, com a redução da desigualdade social e o crescimento do número de empregos formais, fatos estes que se sucederam num período de estabilidade econômica (baixa inflação).

Nos primeiros anos do século XXI podem ser vistos progressos quanto à mão de obra feminina, como por exemplo: a crescente inserção destas no mercado de trabalho formal e os números desta participação indicam que a população feminina está cada vez mais economicamente ativa e presente entre os ocupados.

Compreende-se que um grande número do aumento dos postos formais isto se deve ao crescimento do número de empregados com carteira de trabalho assinada, ou seja, os postos de empregos formais são ocupados pelos trabalhadores formalizados que apresentam vínculo de contrato de trabalho, evidentemente este avanço do emprego formal ocorreu à qualificação em termos educacionais.

Desse modo, em parágrafos supracitados, foi evidenciado que as trabalhadoras se concentraram com maior proporção segundo as grandes áreas. Por conseguinte, entende-se que a expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades contribuíram para o processo de transformação contínuo na vida em sociedade das mulheres, em termos de qualidade e colocação no mercado de trabalho.

Desta maneira, é possível apontar avanços nas ocupações no Brasil segundo os dados RAIS. Na tabela 25 verificam-se os dados sobre o número de empregos formais, segundo gênero e grau de instrução no Brasil entre 2000 e 2010.

No Brasil com relação ao total da mão de obra com vínculos formais, houve uma redução em 54,4% dos trabalhadores analfabetos entre 2000 (487.380) e 2010 (222.251), e aumento de no nível médio (completo) de escolaridade de 6.458.843 mil para 18.443.083 mil neste período. Em 2000, o total dos trabalhadores formais (homens e mulheres) com ensino médio completo no Brasil representava 24,6% do total dos trabalhadores com vínculos formais. Em 2010, este percentual elevou-se para 41,9% do total dos trabalhadores com vínculos formais no Brasil. No que se refere à diferença em termos de gênero, observa-se que em 2000, 51,0% das trabalhadoras brasileiras com empregos formais possuíam o ensino médio completo, e cerca de 49% dos trabalhadores masculinos.

Em 2010, a mão de obra feminina totalizava 44,5% do total dos trabalhadores com empregos formais que possuíam ensino médio. Quando se analisa esta população entre 2000 e 2010, nota-se que em 2000, as trabalhadoras com vínculos formais representavam 55,4% do total dos trabalhadores no Brasil com nível superior completo, enquanto em 2010, este índice elevou-se para 58,5% dos trabalhadores formais no Brasil.

Em 2000, aproximadamente 33,4% dos trabalhadores formais brasileiros (homens e mulheres) possuíam o ensino médio completo ou incompleto, enquanto em 2010 passou para 49,8%. Isso representou uma mudança fundamental no perfil dos trabalhadores, em termos de escolaridade, quando comparado com 2000.

Por sua vez, os trabalhadores (homens e mulheres) com escolaridade correspondente ao ensino superior completo ganharam espaço – 16,5% dos vínculos, em 2010, eram de pessoas que haviam concluído uma faculdade, podendo ter inclusive cursado mestrado e doutorado. Em 2000, essa proporção representava 12,0% do total.

A inserção feminina no mercado de trabalho formal cresceu em ocupações de nível superior e as mulheres passaram a representar 58,5% dos empregos com esse grau de escolaridade em 2010 (Tabela 25). Em 2000 as mulheres com ensino superior completo eram 1.747.634 milhão das que possuíam este nível de escolaridade, ao passo que no mesmo ano os homens que possuíam este nível de instrução eram apenas 1.406.170 milhão. Em 2010 este número de mulheres com ensino superior passa a totalizar cerca de 4.253.543 milhões, ou seja, podemos perceber um aumento das

mulheres quanto à este grau de instrução. A respeito do ensino superior incompleto, a participação da mulher tanto em 2000 quanto em 2010 representava mais de 50% do total dos empregos formais.

Grau de instrução	2000			2010		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	356.970	130.410	487.380	180.705	41.546	222.251
Até 5º incompleto	1.467.318	435.908	1.903.226	1.230.070	336.511	1.566.581
5º completo fundamental	2.112.056	761.790	2.873.846	1.471.011	530.537	2.001.548
6º a 9º fundamental	2.513.427	999.052	3.512.479	2.489.336	957.792	3.447.128
Fundamental completo	3.039.918	1.496.698	4.536.616	3.959.033	1.839.880	5.798.913
Médio incompleto	1.431.935	862.767	2.294.702	2.296.875	1.200.665	3.497.540
Médio completo	3.163.934	3.294.909	6.458.843	10.236.461	8.206.622	18.443.083
Superior incompleto	491.255	516.478	1.007.733	870.865	948.501	1.819.366
Superior completo	1.406.170	1.747.634	3.153.804	3.018.402	4.253.543	7.271.945
Total	15.982.983	10.245.646	26.228.629	25.752.758	18.315.597	44.068.355

Tabela 25 - Número de empregos formais, segundo gênero e grau de instrução, Brasil 2000/2010.

Fonte: MTE: RAIS.

Os resultados da ampliação da escolaridade das mulheres tornam-se mais expressivos ao se considerar que o peso do trabalho da mulher no total do mercado formal em 2010 era de 41,6%, contra 58,4% no caso dos homens. Em 2000, cerca de 61% dos homens possuíam emprego formal contra 39,0% de empregos com carteira assinada pelas mulheres no Brasil conforme dados da Tabela 25.

De acordo com dados relativos (Tabela 26) nota-se que entre o período de 2000 e 2010 entre os trabalhadores com níveis mais baixos de instrução – considerados nesse caso desde os analfabetos até aqueles que possuíam nível médio completo, caiu em 2010 comparando-se com os valores absolutos de 2000. Ao passo que aumentou a participação a partir do recorte de nível médio completo.

Grau de instrução	2000	2010	Variação absoluta	Variação relativa %
Analfabeto	487.380	222.251	-265.129	-54,4
Até 5º ano incompleto	1.903.846	1.566.581	-337.265	-17,7
5º completo fundamental	2.873.846	2.001.548	-872.298	-30,3
6º a 9º fundamental	3.512.479	3.447.128	-65.351	-1,86
Fundamental completo	4.536.616	5.798.913	1.262.297	27,8
Médio incompleto	2.294.702	3.497.540	1.202.838	52,4
Médio completo	6.458.843	18.443.083	11.984.240	185,5
Superior incompleto	1.007.733	1.819.366	811.633	80,5
Superior completo	3.153.804	7.271.945	4.118.141	130,5
Total	26.228.629	44.068.355	17.839.726	68,0

Tabela 26 – Variação absoluta e variação relativa segundo grau de instrução, Brasil 2000/2010.
Fonte: MTE: RAIS.

4.3.1 O emprego formal no Brasil segundo a escolaridade e tamanho de estabelecimento

Neste tópico discutiremos o comportamento do emprego através da análise do emprego formal por tamanho do estabelecimento no Brasil. No capítulo anterior, foi visto que a empresa de grande porte contribuiu para uma maior geração de emprego em 2000 e 2010. Desta maneira, nosso principal objetivo neste momento é verificar qual o nível de escolaridade exigido dos trabalhadores formais nos tamanhos de estabelecimentos nos quais a mão de obra feminina se concentrava em maior volume em termos de empregos formais.

As tabelas têm como base dados fornecidos pela RAIS. No ano de 2000, a mão de obra formal brasileira tinha maiores vínculos empregatícios na Grande Empresa, seguido da Pequena Empresa e por fim, na Média Empresa.

Conforme o apêndice 1 que retrata o ano de 2000, observamos que, nos tamanhos de estabelecimentos de grande porte, quanto maior eram seus anos de estudos, maiores eram suas ocupações, entretanto, merece destaque para esse porte o maior número de mulheres empregadas no estabelecimento de 500 a 1000 ou mais com ensino médio completo, ensino superior incompleto e superior completo. Ao passo que, o total

de mulheres empregadas neste porte de empresa com ensino médio completo era de 995.695 mil, enquanto os homens representavam 880.172 mil do total. Verifica-se também um relevante número de mulheres com ensino superior incompleto, sendo que as que tinham este grau de instrução eram 173.562 mil mulheres, já os homens eram do total de 129.048 mil. E por fim, ainda na Grande Empresa o número de mulheres escolarizadas que ainda se mostrava maior do que o número de homens, trabalhadoras que possuíam o ensino superior completo era de 958.736 mil, enquanto os homens tinham um total de 598.875 mil trabalhadores.

Ademais, existem outros valores que também mostraram destaque no mesmo ano com maior número de participação feminina, como se está expresso no apêndice 1.

No tocante ao ano de 2010, também compreende-se ainda uma evolução no total de mulheres escolarizadas segundo o porte de estabelecimento. Em 2010, o maior número de trabalhadores escolarizados ainda se concentrava no tamanho de estabelecimento considerado de grande porte, seguido do pequeno porte, e com incremento significativo no médio porte. Podemos visualizar isso a partir do apêndice 2.

Em 2010, a ocupação feminina era maior no estabelecimento de grande porte, por conseguinte, quanto mais elevado era seu grau de instrução mais elevada era sua participação, como mencionado anteriormente. Este gênero mostrava maiores anos de estudo do que os dos homens em relação aos que possuíam ensino superior incompleto. Enquanto, os homens que tinham este nível de instrução eram de 219.436 mil, as mulheres eram 251.714 mil.

Em relação ao pequeno porte, pode-se identificar que a proporção mais elevada de mulheres escolarizadas concentrava-se no nível de ensino superior. Na Pequena Empresa, as trabalhadoras possuíam ensino superior completo na faixa de estabelecimento de 10 a 19 pessoas ocupadas, ou seja, cerca de 197.148 mil mulheres com vínculos formais. Na Média Empresa (tamanho de estabelecimento de 100 a 499 pessoas ocupadas), é também, expressiva a maior participação das mulheres. Conforme em destaque no apêndice 2.

Portanto, com base nas informações contidas nos apêndices a partir de dados tabulados da RAIS, podemos constatar a crescente participação feminina no Brasil e sua importante elevação na última década, principalmente nos diversos tamanhos de estabelecimentos, em especial nos estabelecimentos de médio e grande porte.

4.3.2 O emprego formal e a escolaridade no Amazonas

Sob o mesmo olhar da análise realizada para o Brasil, discutiremos a evolução da escolaridade das mulheres no Estado do Amazonas segundo os dados fornecidos na RAIS. Nota-se o relevante aumento que as mulheres obtiveram nos últimos dez anos em termos de qualificação. A análise aqui realizada, no que se refere ao nível de escolaridade, parte dos valores absolutos, mas com relação aos postos de trabalho gerados no período e mais adiante emprego formal por tamanho de estabelecimento.

Se em anos anteriores à década de 2000 a mulher amazonense não possuía tantas oportunidades, credibilidade ou até mesmo tanto acesso à escola, é possível demonstrar que no final da década, em 2010, essa situação era diferente. A inserção das mulheres escolarizadas foi incrementando-se em termos ocupacionais e de escolaridade no mercado de trabalho.

Quando se analisa os dados da RAIS contidos Tabela 27, observa-se o aumento do nível de instrução de ambos os gêneros com vínculos formais no Amazonas entre 2000 e 2010. Verifica-se que no período citado, houve uma queda no total de analfabetos do gênero masculino de 1.662 para 416, aumento de homens com ensino fundamental completo de 27.111 para 36.446 em 2010, e um crescimento maior em termos absolutos dos trabalhadores formais com ensino médio, de 55.127 mil com ensino médio completo em 2000 para 178.606 mil em 2010.

De acordo com os dados da RAIS para o Estado do Amazonas, quando se considera apenas as trabalhadoras com empregos formais e nível de escolaridade baixa (analfabetismo), estas diminuíram em cerca de 57,4% na comparação entre 2000 e 2010. Já a proporção das trabalhadoras com vínculos formais e com ensino médio completo mais que dobrou, de 54.535 mil para 128.544 mil trabalhadoras escolarizadas.

Grau de instrução	2000			2010		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	1.662	977	2.639	416	920	1.336
Até 5º incompleto	7.962	4.325	12.287	9.268	4.486	13.754
5º completo fundamental	8.635	4.411	13.046	7.816	4.273	12.089
6º a 9º fundamental	17.419	6.263	23.682	20.570	7.672	28.242

Fundamental completo	27.111	9.565	36.676	36.466	16.001	52.467
Médio incompleto	12.435	6.747	19.182	23.996	12.903	36.899
Médio completo	55.127	54.535	109.662	178.606	128.544	307.150
Superior incompleto	4.575	4.392	8.967	11.637	12.796	24.433
Superior completo	11.755	11.477	23.232	41.506	57.863	99.369
Total	146.681	102.692	249.373	330.785	244.954	575.739

Tabela 27 – Número de empregos formais, segundo gênero e grau de instrução no Amazonas 2000/2010.

Fonte: MTE: RAIS.

Verifica-se que a mão de obra tem necessidades de maiores graus de escolaridade, não porque sejam necessários para desempenhar as funções demandadas pelo posto de trabalho, mas para competirem em melhores condições por um emprego. A educação então passa a ter valor como fator de competição também no mercado de trabalho.

Para tanto, podemos traçar o perfil da mão de obra feminina amazonense com vínculos formais em termos percentuais utilizando como elemento base análise o nível de escolaridade desta população, segundo os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

Conforme os dados expostos na Tabela 28, apresentamos uma comparação no emprego formal entre a mão de obra masculina e feminina em termos de grau de instrução entre 2000 e 2010 para o Estado do Amazonas. Nota-se uma queda na taxa de analfabetismo em ambos os gêneros, de 44,6% nos trabalhadores masculinos e de 57,4% nas trabalhadoras amazonenses. No que diz respeito ao ensino médio completo, mostra-se que em 2000, 37,5% do emprego formal masculino era ocupado por este nível de instrução, enquanto em 2010, este percentual elevou-se para 53,9% da mão de obra masculina com vínculos formais. No nível mais elevado de escolaridade, ou seja, de trabalhadores que possuíam ensino superior completo, em 2000, somente 8,02% dos empregos formais masculinos estavam ocupados no Estado do Amazonas com esta qualificação. Já, em 2010, este percentual elevou-se para 12,05%.

Grau de instrução	2000		2000		2010		2010	
	Masculino	(%)	Feminino	(%)	Masculino	(%)	Feminino	(%)
Analfabeto	1.662	1,13	977	0,95	920	0,27	416	0,16
Até 5º incompleto	7.962	5,42	4.325	4,21	9.268	2,80	4.486	1,83
5º completo fundamental	8.635	5,88	4.411	4,29	7.816	2,36	4.273	1,74
6º a 9º fundamental	17.419	11,8	6.263	6,09	20.570	6,27	7.672	3,13
Fundamental completo	27.111	18,48	9.565	9,31	36.466	11,02	16.001	6,53
Médio incompleto	12.435	8,47	6.747	6,57	23.996	7,25	12.903	5,26
Médio completo	55.127	37,5	54.535	53,1	178.606	53,9	128.544	52,4
Superior incompleto	4.575	3,11	4.392	4,27	11.637	3,51	12.796	5,22
Superior completo	11.755	8,02	11.477	11,1	41.506	12,5	57.863	23,62
Total	146.681	100,0	102.692	100,0	330.785	100,0	244.954	100,0

Tabela 28 – Participação do gênero por grau de instrução entre 2000 e 2010 no Amazonas.

Fonte: MTE: RAIS.

Sendo assim, observamos na análise do emprego formal feminino, que as mulheres decididamente ingressaram numa faculdade. É notável o crescimento de da participação das trabalhadoras escolarizadas com ensino superior completo de 11,1% em 2000 para 23,62% em 2010. Além do aumento de mulheres que possuíam ensino médio completo, que em 2000 era de 37,5%, passando para 53,9 % em 2010, conforme a tabela acima.

4.3.3 O emprego formal feminino segundo escolaridade e tamanho de estabelecimento no Amazonas

Cumpra agora analisar agora, a evolução do grau de instrução no Estado do Amazonas para os seus trabalhadores formais em termos de gênero e comparando nível de instrução com tamanho de estabelecimento entre 2000 e 2010. Nos últimos anos o Amazonas compôs seu melhor desempenho na educação com um número maior de pessoas escolarizadas, dados as informações fornecidas pela RAIS.

Para tanto, podemos traçar o perfil da mão de obra feminina amazonense com vínculos formais utilizando como elemento base análise o nível de escolaridade desta população, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Com base na análise efetuada no capítulo anterior, é sabido que no Estado do Amazonas, os maiores vínculos empregatícios dos trabalhadores formais no ano de 2000 estavam concentrados em estabelecimentos de grande, médio e pequeno porte. Sendo assim, mostraremos agora qual nível de escolaridade exigido nesses tamanhos de estabelecimentos segundo o maior número de ocupação, para os ambos os gêneros, mas especialmente para o gênero feminino.

Sabe-se a partir das informações colhidas no capítulo 3, que em 2000, o volume de mulheres ocupadas na Grande Empresa (de 500 a mais pessoas ocupadas) no Estado do Amazonas era maior do que o volume encontrado para os homens, desta maneira faz-se necessário analisar o grau de instrução neste porte de estabelecimento.

Verifica-se que o total de trabalhadoras ocupadas no estabelecimento de grande porte com ensino médio completo foi mais expressivo do que o dos trabalhadores, ao passo que, as que possuíam este nível de instrução, mas precisamente no estabelecimento de 1000 ou mais pessoas ocupadas eram de 16.007 mil, enquanto os homens neste mesmo grau de instrução eram 12.493 mil. À respeito do estabelecimento de médio porte (de 100 a 499 pessoas ocupadas), observa-se que a ocupação feminina mostrava maior presença nas quais possuíam ensino superior incompleto, como pode se inferido com base no apêndice 3.

O que se observa no ano de 2010, em relação ao início da década é a elevação da participação feminina segundo seu grau de instrução. É possível apontar mais de um estabelecimento em que a ocupação feminina era maior do que a masculina segundo o nível de escolaridade.

No apêndice 4, percebe-se um grande número de mulheres empregadas no estabelecimento de grande porte (de 500 a 1000 ou mais pessoas empregadas) que possuíam nível superior incompleto. De modo que as que possuíam este grau de instrução especificamente no estabelecimento de 1000 ou mais pessoas ocupadas eram 3.736 mil, dado que o número ocupado por homens neste patamar totalizava apenas 3.392 mil empregados. Ainda na Grande Empresa, nota-se um número maior de mulheres com nível superior completo no tamanho de estabelecimento de 500 a 999 pessoas ocupadas (5.663 mil mulheres empregadas), por outro lado, os homens no mesmo estabelecimento contabilizavam cerca de 4.789 mil empregados.

Na Média Empresa (de 100 a 499 pessoas ocupadas), especialmente no tamanho de estabelecimento de 100 a 249 pessoas ocupadas, em sua grande maioria, eram ocupados por trabalhadoras amazonenses que possuíam ensino superior completo

(3.653 mil) contra os 3.481 mil de homens empregados neste tamanho de estabelecimento. Ademais, podem ser visualizados em destaque no apêndice 4 a seguir outros estabelecimentos em que a mão de obra feminina escolarizada era superior à masculina.

Desta maneira com base análise desenvolvida, percebemos que o mercado de trabalho amazonense vem demandando uma mão de obra mais escolarizada para o desempenho no mercado de trabalho formal se comparado os anos 2000 e 2010. Entretanto, quando associamos anos de estudo a categorias correspondentes da estrutura do mercado de trabalho, os dados mostram que a escolaridade é uma variável determinante para ocupação dos trabalhadores. Isto é, de acordo com os dados mensuramos verificamos que, apesar da evolução da inserção feminina no mercado de trabalho formal amazonense, estas concentravam maiores números em ocupação nos estabelecimentos de médio e grande porte, quando possuíam o ensino superior incompleto ou completo. O que notadamente está expresso nas tabelas anteriores, principalmente no ano de 2010.

Notamos que, a mão de obra feminina tem necessidades de maiores graus de escolaridade, não porque sejam necessários para desempenhar as funções demandadas pelo posto de trabalho, mas para competirem em melhores condições por um emprego.

Em outras palavras, percebemos que o nível de escolaridade exigido das mulheres nos estabelecimentos de médio e grande porte onde estas estavam alocadas de forma significativa, o grau de instrução exigido para sua ocupação era o nível de ensino superior incompleto e ensino superior completo, especialmente no final da década, em 2010.

O ingresso das trabalhadoras com emprego formal no Estado do Amazonas foi evoluindo na mesma intensidade em que sua qualificação em termos de escolaridade veio se elevando. Sendo assim, registramos que na década de 2000, o Estado do Amazonas ampliou seus postos de empregos formais e as trabalhadoras evoluíram em termos de anos de estudos, principalmente, nos níveis de ensino médio completo e ensino superior completo.

5 CONCLUSÃO

Durante a primeira década do século XXI as principais tendências notadas no mercado de trabalho no Brasil dizem respeito à expansão dos trabalhadores com vínculos formais ativos, e principalmente, com a evolução da mão de obra feminina e sua respectiva melhora nos índices de escolaridade.

A educação brasileira apresentou importantes mudanças nos últimos anos, mas ainda está longe de ser satisfatória. Contudo é possível destacar um importante avanço no nível educacional dos brasileiros, ressaltando que este progresso educacional para os trabalhadores nos anos 2000 foi fundamental para sua inserção no mercado de trabalho.

Para ilustrar este avanço em termos de escolaridade no Brasil, a pesquisa constatou que houve uma redução das taxas de analfabetismo tanto dos homens quanto das mulheres no mercado de trabalho formal no período analisado. Os trabalhadores em sua grande maioria possuem o ensino médio completo e as mulheres vêm ampliando a sua participação com ensino superior completo no mercado de trabalho.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar o emprego formal das mulheres amazonenses no período de 2000 e 2010, evidenciando tanto o grau de escolaridade, quanto o emprego formal feminino ocupado nos diferentes tamanhos de estabelecimentos definidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

A respeito dos diversos tamanhos de estabelecimentos verificou-se que no ano de 2000, as trabalhadoras amazonenses empregadas formalmente tinham maior participação nos tamanhos de estabelecimentos encontrados na média empresa (de 100 a 499 números de empregados) e na grande empresa (de 500 a 1000 ou mais números de empregados), de acordo com classificação do Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa organizado pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) em parceria com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

No ano de 2010 foi constatado que as trabalhadoras no Estado do Amazonas permaneceram em sua grande maioria, empregadas nestes respectivos tamanhos de estabelecimentos supracitados, mas com um destaque maior na grande empresa.

No que se refere ao nível de escolaridade das trabalhadoras amazonenses que tinham vínculos formais ativos nos tamanhos de estabelecimentos citados, observou-se que em 2000 aquelas possuíam o ensino médio completo e o ensino superior completo. Já em 2010, o nível de escolaridade encontrado para a mão de obra feminina naqueles portes de estabelecimentos evoluiu para o ensino superior incompleto e o ensino superior completo.

A partir dos resultados aqui encontrados foi possível perceber que houve um aumento da inserção da mulher no emprego formal no Estado do Amazonas entre 2000 e 2010. Porém não se pode afirmar, que ocorreu uma mudança significativa com relação ao emprego ocupado nos tamanhos de estabelecimentos, ou seja, a maior parte da mão de obra feminina com vínculos formais ativos continua empregada na média e grande empresa. No entanto, as trabalhadoras amazonenses ampliaram a sua participação na grande empresa quando comparamos os anos de 2000 e 2010.

Não se pode deixar de ressaltar que a evolução do emprego formal foi significativa, e que as mulheres aumentaram a sua ocupação com maior intensidade tanto em termos de Brasil quanto a nível estadual (Amazonas).

É notório que as trabalhadoras amazonenses na análise dos dados obtidos da relação anual das informações sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego para os anos de 2000 e 2010 intensificaram a sua qualificação em termos de grau de instrução, e vem se destacando cada vez mais na força de trabalho brasileira, principalmente no mercado de trabalho formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBORNOZ, M. In: **A influência da dinâmica externa sobre o crescimento da economia brasileira**. Porto Alegre. 2009. p. 22.
- ALVES, L; CIELO, I; LIMA, J. **Mapeamento do emprego formal feminino no Estado do Paraná**. Ponta Sogra. 2011. p. 60.
- ARAUJO, J. **Mercado de trabalho nas grandes regiões brasileiras nos anos 1990 e 2000**. In: VII Congresso Latino-Americano de estudos do trabalho. O trabalho no século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas. São Paulo. 2010. p. 5 – 13.
- BORGES, N. **A evolução recente da mulher no mercado de trabalho brasileiro: perspectiva social e econômica**. São Paulo. 2009. p. 5.
- CASTILHO, M; SILVA, J. **Relação entre capital humano, emprego e crescimento econômico no Brasil: Diagnóstico do final do século XX**. Minas Gerais. 2003.
- COMUNICADOS DO IPEA. N ° 89 **Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil: projeções para 2011**. Secretaria de Estratégias 2011.
- COMUNICADOS DO IPEA. N° 156 **PNAD 2011: Primeiras análises sobre o mercado de trabalho brasileiro**. Secretaria de assuntos estratégicos. 2011.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.
- FERREIRA, R; SOUZA, V; HARB, A. **Mercado de trabalho formal na região Norte: uma análise por gênero**. SIMPOI 2011, ANAIS. Brasília. 2011.
- FILHO, L; QUEIROZ, S. **Recuperação econômica e emprego formal: avaliação para o Nordeste brasileiro entre 2000 e 2008**. São Paulo. Vol. 7. 2011. p. 45.
- GARRIDO, F; PRONI, M; SANTOS, A. **Estrutura do emprego e renda**. Rio de Janeiro. Fundação Universitária José Bonifácio. 2009.
- GIAMBIAGI, F. **Rompendo com a ruptura: O Governo Lula**. São Paulo. Elsevier. 2011. p. 211.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo demográfico 2000 e 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/educacao_e_deslocamento/default.shtm>. Acesso em abril de 2014.
- INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). **Censo da educação superior 2010**. Divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010. MEC. 2011.

- KON, A; COAN. D.C. **Transformação da Indústria Têxtil Brasileira: a transição para a modernização.** Revista Econômica Mackenzie. 2005.
- KOSHIYAMA, D. **Crescimento econômico e comércio externo: teorias e evidências empíricas para o Brasil.** 2008. p. 1- 123. – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia. Porto Alegre. 2008.
- LAVINAS, L. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. Texto para discussão nº 826.** Rio de Janeiro. 2011. p. 1.
- MARGONATO, R; SOUZA, S. **Trabalho feminino: perfil ocupacional por gênero e setores econômicos na região sul do Brasil e Santa Catarina.** São Paulo. 2009. p.1-2-5.
- MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). **Relação Anual de Informações Sociais.** Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/rais/estatisticas.htm>>. Acesso em março, abril, maio de 2014.
- NONATO, Fernanda J. et al. **O perfil da força de trabalho brasileira: trajetórias e perspectivas.** 2012. p. 1.
- OREIRO, J. **A macroeconomia do crescimento sustentado.** Paraná. Vol. 3. 2007. p. 28.
- PNAD (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS). **Mercado de trabalho.** Brasília. CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos). 2007.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Anuário do trabalho na Micro e Pequena Empresa.** 6º edição. São Paulo. 2013.
- SOUZA, J.M. **Economia Brasileira.** São Paulo. Pearson Education do Brasil. 2009. p. 273 – 275.
- TRICHES, D; SIMONETTO, M. **A análise da condução da política monetária após a implementação do Plano Real: 1994 a 2004.** Caxias do Sul. 2005. p . 7 – 8.

APÊNDICES

Escolaridade/Sexo (M=masculino; F= feminino)	Tamanho de Estabelecimento									
	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	De 1000 ou mais	Total
Analfabeto (M)	36.960	29.454	28.879	38.522	28.192	35.929	29.951	27.251	101.832	356.970
Analfabeto (F)	8.011	7.019	7.481	9.477	6.898	12.923	13.790	15.585	49.226	130.410
Analfabeto Total	44.971	36.473	36.360	47.999	35.090	48.852	43.741	42.836	151.058	487.380
Até 5º Inc. (M)	169.221	129.279	123.134	170.511	139.394	189.352	140.482	125.400	280.545	14.673.18
Até 5º Inc. (F)	28.727	24.299	24.596	32.672	27.526	56.176	58.453	57.583	125.876	438.908
Até 5º Inc. Total	197.948	153.578	147.730	203.183	166.920	245.528	198.935	182.983	406.421	19.032.26
5º Completo (M)	239.647	211.243	211.095	272.226	201.696	270.875	208.256	183.396	313.622	21.120.56
5º Completo (F)	65.620	57.233	60.183	76.649	54.601	92.370	84.406	78.352	192.376	761.790
5º Com. Total	305.267	268.476	271.278	348.875	256.297	363.245	292.662	261.748	505.998	28.738.46
6º a 9º Fund. (M)	276.228	264.399	274.856	341.574	252.456	325.604	246.015	214.157	318.138	25.134.27
6º a 9º Fund. (F)	103.892	90.619	94.962	116.154	81.062	113.701	97.421	87.506	213.735	999.052
6º a 9º Fund Total	35.124.79	355.018	369.818	457.728	333.518	439.305	343.466	301.663	531.873	35.124.79
Fund. Completo (M)	329.787	329.954	350.256	406.189	267.554	332.008	265.627	242.280	516.263	30.399.18
Fund. Completo (F)	187.244	157.545	160.273	172.819	103.546	131.197	108.935	101.032	374.107	14.966.98
Fund. Completo Total	517.031	487.499	510.529	579.008	371.100	463.205	374.562	343.312	890.370	45.366.16
Médio Inc. (M)	167.387	151.285	161.124	190.249	137.527	171.657	125.245	109.741	217.720	14.319.35
Médio Inc. (F)	140.799	98.412	97.227	105.223	71.305	82.900	63.275	54.892	148.734	862.767
Médio Inc. Total	308.186	249.697	258.351	295.472	208.832	254.557	188.520	164.633	366.454	22.947.02
Médio Com. (M)	224.868	220.999	258.612	340.131	265.256	372.755	307.128	294.013	880.172	31.639.34
Médio Com. (F)	354.905	261.207	271.050	319.244	218.820	315.891	281.619	275.478	995.695	32.949.09
Médio Com. Total	579.773	482.206	530.662	659.375	484.076	688.646	588.747	569.491	18.758.67	64.588.43
Superior Inc. (M)	22.703	28.240	42.849	64.686	49.777	63.534	47.102	43.316	129.048	491.255
Superior Inc. (F)	32.993	31.064	44.309	61.974	44.215	52.574	37.987	37.800	173.562	516.478
Superior Inc. Total	55.696	59.304	87.158	126.660	93.992	116.108	85.089	81.116	302.610	10.077.33

Superior Com. (M)	31.739	36.228	57.148	110.137	104.499	170.317	144.949	152.278	598.875	14.061.70
Superior Com. (F)	43.534	42.714	65.750	124.122	103.178	151.046	123.395	135.159	958.736	17.476.34
Superior Com. Total	75.273	78.942	122.898	234.259	207.677	321.363	268.344	287.437	15.576.11	31.538.04
Total (M)	14.985.40	14.010.81	15.079	19.342.225	14.463.51	19.320.31	15.147.55	13.918.32	33.562.15	15.982.983
Total (F)	965.725	770.112	826.831	10.183.34	711.151	10.087.78	829.281	843.387	32.320.47	10.245.646
Total	24.642.65	21.711.93	23.347.84	2.952.559	21.575.02	29.408.09	23.840.36	22.352.19	65.882.62	26.228.29

APÊNDICE 1– Emprego Formal segundo Escolaridade e Tamanho de Estabelecimento, Brasil - 2000.

Fonte:MTE: RAIS.

Escolaridade/Sexo (M= masculino; F=feminino)	Tamanho de Estabelecimento									
	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	De 1000 ou mais	Total
Analfabeto (M)	21.886	15.987	16.236	21.076	15.221	16.376	11.671	12.409	49.933	180.705
Analfabeto (F)	3.516	3.349	3.368	3.995	2.640	3.615	3.799	5.092	12.172	41.546
Analfabeto Total	25.402	19.246	19.604	25.071	17.861	19.991	15.470	17.501	62.105	222.251
Até 5º Inc. (M)	120.471	92.260	91.884	130.890	113.718	154.849	126.278	114.593	285.127	12.300.70
Até 5º Inc. (F)	24.646	20.160	20.382	25.389	19.032	31.322	36.285	43.385	115.910	336.511
Até 5º Inc. Total	145.117	112.420	112.266	156.279	132.750	186.171	162.563	157.978	401.037	15.665.81
5º Completo (M)	161.532	138.091	140.278	184.627	137.525	174.965	140.667	127.195	266.131	14.710.11
5º Completo (F)	47.255	41.161	41.954	52.325	34.635	48.240	48.529	55.663	160.755	530.537
5º Com. Total	208.787	179.252	182.232	236.952	172.160	223.205	189.196	182.858	426.906	20.015.48
6º a 9º Fund. (M)	224.335	221.362	236.867	324.843	256.244	327.237	252.959	216.629	428.860	24.893.36
6º a 9º Fund. (F)	81.658	75.644	80.695	102.878	73.008	95.997	87.103	94.030	266.799	957.792
6º a 9º Total	305.993	297.006	317.562	427.721	329.252	423.214	34.062	310.659	695.659	34.471.28
Fund. Completo (M)	376.223	402.529	450.354	570.033	386.218	447.713	322.380	281.106	722.477	39.590.33
Fund. Completo (F)	202.965	187.384	199.798	255.989	132.131	154.600	126.271	136.170	474.572	18.398.80
Fund. Completo Total	579.188	589.913	650.152	796.022	518.349	602.313	448.651	417.276	11.970.49	57.989.13
Médio Inc. (M)	231.424	237.273	263.326	328.577	238.519	284.148	205.565	166.497	341.546	22.968.75
Médio Inc. (F)	150.900	131.493	136.689	154.558	105.597	123.524	94.054	85.152	218.698	12.006.65
Médio Inc. Total	382.324	368.766	400.015	483.135	344.116	407.672	299.619	251.649	560.244	34.975.40
Médio Com. (M)	792.433	842.520	995.785	12.921.37	926.726	11.669.10	950.176	909.926	23.598.48	102.364.61
Médio Com. (F)	918.574	785.543	829.759	939.294	585.586	721.975	638.619	661.305	21.259.67	82.066.22
Médio Com. Total	17.110.07	16.280.63	18.255.44	22.314.31	15.123.12	18.888.85	15.887.95	15.712.31	44.858.15	184.430.83
Superior Inc. (M)	47.402	55.218	75.338	111.224	84.589	111.552	87.760	78.346	219.436	870.865
Superior Inc. (F)	76.546	72.843	92.828	121.119	82.189	99.326	78.018	73.918	251.714	948.501
Superior Inc. Total	123.948	128.061	168.166	232.343	166.778	210.878	165.778	152.264	471.150	18.193.66
Superior Com. (M)	75.071	93.705	146.351	253.465	207.237	310.636	287.576	306.177	12.383.00	29.185.18
Superior Com. (F)	110.794	127.754	197.148	326.835	236.247	336.457	325.507	373.809	21.060.09	41.405.60
Superior Com.	185.865	221.459	343.499	580.300	443.484	647.093	613.083	679.986	33.443.09	70.590.78

Total										
Mestrado (M)	820	1.046	1.471	3.780	5.354	11.068	11.089	9.500	27.084	71.732
Mestrado (F)	884	984	1.495	3.395	4.679	10.250	9.845	9.325	49.156	90.013
Mestrado Total	1.704	2.030	2.966	7.175	10.033	21.318	20.854	18.825	76.840	161.745
Doutorado (M)	200	202	347	849	1.489	3.959	5.769	5.151	10.186	28.152
Doutorado (F)	163	167	305	657	1.142	3.146	4.505	3.712	9.173	22.970
Doutorado Total	363	369	652	1.506	2.631	7.105	10.274	8.863	19.359	51.122
Total (M)	20.517.97	21.001.03	24.182.37	32.215.01	23.728.40	30.094.13	24.018.10	22.275.29	59.495.28	25.752.758
Total (F)	16.179.01	14.464.82	160.044.21	19.564.34	12.768.86	16.284.32	14.525.35	15.415.61	57.909.45	183.155.97
Total	36.696.98	35.465.85	40.226.58	51.779.35	36.497.26	46.378.45	38.543.45	37.690.90	11.740.473	44.068.355

APÊNDICE 2 – Emprego Formal segundo Escolaridade e Tamanho de Estabelecimento, Brasil - 2010.

Fonte:MTE: RAIS.

Escolaridade/Sexo (M=masculino; F=feminino)	Tamanho de Estabelecimento									
	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	De 1000 ou mais	Total
Analfabeto (M)	53	96	111	207	199	351	69	94	482	1.662
Analfabeto (F)	16	25	41	50	95	152	75	48	475	977
Analfabeto Total	69	121	152	257	294	503	144	142	957	2.639
Até 5º Inc. (M)	287	412	499	1.121	718	1.323	965	546	2.091	7.962
Até 5º Inc. (F)	92	94	151	181	165	747	630	380	1.885	4.325
Até 5º Inc. Total	379	506	650	1.302	883	2.070	1.595	926	3.976	12.287
5º Completo (M)	272	396	505	1.059	862	1.431	1.533	733	1.844	8.635
5º Completo (F)	103	116	137	285	219	796	821	509	1.425	4.411
5º Com. Total	375	512	642	1.344	1.081	2.227	2.354	1.242	3.269	13.046
6º a 9º Fund. (M)	827	1.081	1.461	2.308	2.053	2.740	2.023	2.072	2.854	17.419
6º a 9º Fund. (F)	246	330	426	624	469	1.094	849	897	1.328	6.263
6º a 9º Total	1.073	1.411	1.887	2.932	2.522	3.834	2.872	2.669	4.182	23.682
Fund. Completo (M)	1.192	1.463	1.908	3.329	2.054	3.622	3.709	3.554	6.280	27.111
Fund. Completo (F)	509	571	728	1.003	528	1.359	1.361	918	2.588	9.565
Fund. Completo Total	1.701	2.034	2.636	4.332	2.582	4.981	5.070	4.472	8.868	36.676
Médio Inc. (M)	821	931	1.189	1.886	1.288	1.993	1.126	1.367	1.834	12.435
Médio Inc. (F)	464	515	582	684	553	1.113	674	683	1.479	6.747
Médio Inc. Total	1.285	1.446	1.771	2.570	1.841	3.106	1.800	2.050	3.313	19.182
Médio Com. (M)	1.956	2.349	3.079	4.856	4.632	8.624	8.171	8.967	12.493	55.127
Médio Com. (F)	2.506	2.521	2.996	4.210	3.670	7.979	7.700	6.946	16.007	54.535
Médio Com. Total	4.462	4.870	6.075	9.066	8.302	16.603	15.871	15.913	28.500	109.662
Superior Inc. (M)	129	165	282	541	536	770	713	532	907	4.575
Superior Inc. (F)	161	182	329	514	527	624	747	495	849	4.392
Superior Inc. Total	290	347	611	1.055	1.063	1.394	1.460	991	1.756	8.967
Superior Com. (M)	84	191	260	678	768	1.763	2.179	1.943	3.889	11.755
Superior Com. (F)	89	131	232	525	596	1.427	2.106	1.505	4.866	11.477

Superior Com. Total	173	322	492	1.203	1.364	3.190	4.285	3.448	8.755	23.232
Total (M)	5.621	7.084	9.294	15.985	13.110	22.617	20.488	19.808	32.674	146.681
Total (F)	4.186	4.485	5.622	8.076	6.822	15.291	14.963	12.345	30.902	102.692
Total	9.807	11.569	14.916	24.061	19.932	37.908	35.451	32.153	63.576	249.373

APÊNDICE 3 – Emprego Formal segundo Escolaridade e Tamanho de Estabelecimento, Amazonas – 2000.

Fonte:MTE: RAIS.

Escolaridade/Sexo (M=masculino; F=feminino)	Tamanho de Estabelecimento									
	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	De 500 a 999	De 1000 ou mais	Total
Analfabeto (M)	37	63	84	129	86	130	71	188	202	920
Analfabeto (F)	4	14	14	20	17	23	38	67	219	416
Analfabeto Total	41	77	98	149	103	153	109	185	421	1.336
Até 5º Inc. (M)	197	289	341	750	525	1.005	1.521	1.765	2.875	9.268
Até 5º Inc. (F)	56	73	77	134	102	158	341	724	2.821	4.486
Até 5º Inc. Total	253	362	418	884	627	1.163	1.862	2.489	5.696	13.754
5º Completo (M)	200	327	415	678	495	832	1.295	1.370	2.204	7.816
5º Completo (F)	75	100	113	190	129	170	284	610	2.602	4.273
5º Com. Total	275	427	528	868	624	1.002	1.579	1.980	4.806	12.089
6º a 9º Fund. (M)	607	908	1.275	2.338	2.002	2.915	3.099	3.182	4.244	20.570
6º a 9º Fund. (F)	256	301	411	623	448	572	720	1.149	3.192	7.672
6º a 9º Total	863	1.209	1.686	2.961	2.450	3.847	3.819	4.331	7.436	28.242
Fund. Completo (M)	1.157	1.709	2.578	4.259	3.122	4.482	3.785	4.014	11.360	36.466
Fund. Completo (F)	544	667	860	1.160	795	1.121	1.014	1.893	7.947	16.001
Fund. Completo Total	1.701	2.376	3.438	5.419	3.917	5.603	4.799	5.907	19.307	52.467
Médio Inc. (M)	1.062	1.446	2.151	3.125	2.803	3.873	2.894	2.633	4.009	23.996
Médio Inc. (F)	672	861	1.325	1.569	1.093	1.415	1.264	1.493	3.211	12.903
Médio Inc. Total	1.734	2.307	3.476	4.694	3.896	5.288	4.158	4.126	7.220	36.899
Médio Com. (M)	5.298	7.269	10.765	17.148	14.862	20.352	33.034	25.291	54.587	178.606
Médio Com. (F)	5.890	6.879	8.534	10.883	7.675	10.896	13.152	17.505	47.130	128.544
Médio Com. Total	11.188	14.148	19.299	28.031	22.537	31.248	36.186	42.796	101.717	307.150
Superior Inc. (M)	377	476	665	1.161	1.084	1.724	1.484	1.274	3.392	11.637
Superior Inc. (F)	595	705	965	1.439	1.268	1.669	1.181	1.238	3.736	12.796
Superior Inc. Total	972	1.181	1.630	2.600	2.352	3.393	2.665	2.512	7.128	24.433
Superior Com. (M)	383	574	794	1.736	1.995	3.481	4.576	4.789	22.340	40.668
Superior Com. (F)	496	703	1.236	2.300	2.286	3.653	3.958	5.663	36.752	57.047
Superior Com. Total	879	1.277	2.030	4.036	4.281	7.134	8.534	10.452	59.092	97.715

Total										
Mestrado (M)	2	11	11	26	35	99	159	17	287	647
Mestrado (F)	6	7	16	37	29	111	147	21	284	658
Mestrado Total	8	18	27	63	64	210	306	38	571	1.305
Doutorado (M)	1	4	1	4	1	14	104	4	58	191
Doutorado (F)	1	6	2	6	3	15	88	3	34	158
Doutorado Total	2	10	3	10	4	29	192	7	92	349
Total (M)	9.321	13.076	19.080	31.354	27.010	38.907	42.022	44.457	105.558	330.785
Total (F)	8.595	10.316	13.553	18.361	13.845	19.803	22.187	30.366	107.928	244.954
Total	171.916	23.392	32.633	49.715	40.855	58.710	64.209	74.823	213.486	575.739

APÊNDICE 4 – Emprego Formal segundo Escolaridade e Tamanho de Estabelecimento, Amazonas – 2010.

Fonte:MTE: RAIS.